



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: MÁRIO COVAS NETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 26 DE AGOSTO DE 2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Declaro abertos os trabalhos da 13ª audiência pública que a Comissão de Administração Pública, que realiza no ano de 2014. Essa audiência pública foi requerida pela Federação das Associações Sindicais e Profissionais de Servidores da Prefeitura do Município de São Paulo, por meio do Ofício 12/14, para discutir o PL 312/14, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a criação do quadro de analista administração pública municipal QAA; plano de carreiras que reenquadra cargos e funções do quadro pessoal de nível superior, instituído pela Lei 14591, de 13 de novembro de 2007; institui o respectivo regime de remuneração por subsídio.

Essa audiência foi publicada no *Diário Oficial* da Cidade de São Paulo, desde do dia 20 de agosto; na *Folha de São Paulo*, dia 22 de agosto e *Estado de São Paulo*, 25 de agosto. Informo que essa reunião está sendo transmitida através do Portal da Câmara Municipal de São Paulo: WWW.camara.sp.gov.br link auditórios on-line.

Para compor a mesa, convido os Srs: Christy Pato, Chefe de Gabinete da Secretaria de Sempla; e os Srs. Vereadores: Alfredinho, Souza Santos, Marquito e Toninho Vespoli. Foram convidados: Sra. Leda Maria Paulani, Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão; Luiz Fernando Massonetto, Secretário de Negócios Jurídicos; Sr. Robinson Sakiyama Barrerinhas, Procurador Geral do Município; Manuel do Nascimento Veríssimo, Presidente da Federação das Associações Sindicais e Profissionais de Servidores; Maurilio Chiaretti, Presidente do Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo; Murilo Celso de Campos Pinheiro, Presidente do Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo; Eneias de Arruda Campos, Presidente do Sindicato dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos Municipais de São Paulo; Mauri Cleia Soares dos Santos, Presidente do Conselho Regional do Serviço Social de São Paulo, da 9ª região; Sergio Ricardo Antiqueira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias; Osvaldo da Costa Vazão, Presidente da Associação dos Escrivários Municipais de São Paulo; Carlos Figueiredo

Mourão, Presidente da Associação dos Procuradores do Município de São Paulo; Túlio Liporone, Presidente da Associação dos Servidores Municipais de São Paulo e Maria Benedita Clareth Alvez Fortunato, Presidente do Sindicato dos Agentes Vistores e Agentes de Apoio Fiscal do Município de São Paulo.

Esta aberta as inscrições. Consulto se alguns dos convidados da lista declinada, está presente? Queiram, por favor se identificar, para compor a mesa. (Pausa)

Para que possamos dar prosseguimento, durante esse intervalo, enquanto as inscrições estão sendo feitas, passo a palavra ao Sr. Christy Ganzert Gomes Pato, Chefe de Gabinete de Sempla.

O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO – Boa tarde a todos. Inicialmente, transmito a todos as desculpas da Secretária Leda Paulani, que teve uma agenda de urgência com o Gabinete do Prefeito. Estou aqui representando a Secretaria de Planejamento, como Chefe de Gabinete, mas ao mesmo tempo estou aqui também como um participante ativo, em um debate longo e profícuo, com vários dos colegas presentes, divergentes ou não, foram varias conversas dentro da mesa de negociação, dentro do sistema de negociação. Um sistema que tem se aperfeiçoado, que tem se revelado um mecanismo interessante a despeito do que possamos avançar. Saúdo a presença de todos os colegas com quem convivi até agora, esse pouco mais de um ano e meio de diálogo do Governo com os servidores, em todas as categorias. O sistema de negociação permanente possui hoje quase 40 entidades representativas dos servidores, das mais diversas categorias e todas elas representadas dentro do sistema.

Debatemos uma série de questões do funcionalismo relativas a cada uma das carreiras. Um dos debates foi atinente à carreira, a todo aquele bloco dentro do chamado PCCS do nível superior. Toda construção feita em relação à proposta de subsídio e, neste momento, passo a vocês uma opção – isso para mim não tem nenhum problema -: posso fazer uma rápida apresentação em *power point* ou simplesmente esperar as perguntas a serem

respondidas. Estou aqui para o diálogo franco e aberto, que foi sempre o mote das nossas discussões dentro do sistema de negociação.

De antemão, quero dizer que a proposta visa, justamente, valorizar o funcionalismo seja aquele que está aqui presente, das várias categorias, sejam as carreiras que ainda terão um aumento de servidores futuros. Todos sabemos que existe um problema crônico na Prefeitura de pessoas que ingressam, ficam pouco tempo devido aos baixos salários e saem, porque arranjam algo melhor.

A proposta de subsídio está atrelada a um dispositivo constitucional. Sabemos que a palavra subsídio gera mal-entendidos. Semanticamente ela é ruim, mas está prevista constitucionalmente. A emenda constitucional que criou o subsídio, inicialmente colocado para os detentores de cargos eletivos, faculta aos entes federativos que as carreiras possam ser organizadas sob o regime do subsídio. É o que existe hoje em inúmeras carreiras do Governo Federal.

Sou também servidor público como vocês. Sou servidor público federal, professor universitário, não sou regido pela carreira de subsídio.

- Manifestação na plateia.

O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO - Dentro da nossa carreira, no nosso sindicato, há um debate a favor do subsídio. Dentro da nossa carreira há um debate forte a favor da adoção do subsídio, que é justamente a unificação daquilo que eu e vocês temos: a composição de vencimentos, que é absolutamente fragmentado entre padrão e gratificações. Tenho duas gratificações que se somam ao meu padrão. No meu sindicato há um debate longo sobre a adoção do subsídio.

As carreiras federais, que se anteciparam à minha categoria, hoje têm salários iniciais 50% superiores ao meu. São as carreiras de auditor fiscal, do Banco Central, diplomatas.

- Manifestação na plateia.

O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO - Todas essas carreiras têm salários iniciais 50% superiores ao meu. Estamos debatendo o PL 312, que diz respeito ao projeto de reestruturação das carreiras do chamado nível superior. Vários já se manifestaram aqui dizendo que seria adequado falar em nível universitário. Outras questões foram pontuadas.

Todos também sabem que esse projeto tem um irmão gêmeo que está prestes a ser finalizado, que diz respeito à adoção para a Saúde do regime de subsídio. Estamos implementando a ideia da aprovação desses dois projetos com carreiras de subsídio porque entendemos que isso sim será benéfico para a estrutura funcional da Prefeitura, valorizando os servidores que estão e os que virão. Esse é o entendimento do Governo, das simulações que fizemos e que foram apresentadas à Mesa, com todas as negociações.

- Manifestação na plateia.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Pessoal, por favor, vamos ter um pouco de paciência. Deixe-o completar o raciocínio. Todo mundo tem direito a se manifestar. Vocês estão promovendo um debate que, talvez, não seja o mais adequado. Como anfitrião de vocês e do Chefe de Gabinete, sinto-me bem desconfortável com essa manifestação. Por favor. Peço, gentilmente, para que tenhamos civilidade nas colocações.

- Manifestação na plateia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Todos terão direito a se manifestar e dizer o que não concordam. Não há nenhum problema. Por favor, vamos ter um pouco de paciência. Às vezes, aquilo que estamos negando ao ouvir é algo que pode ser interessante para uma análise futura.

Apenas peço um pouco de paciência.

Muito obrigado.

O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO - Como bem colocou o Vereador, todos terão a oportunidade de me criticar à vontade. Não estou recusando a crítica. Em todas as

nossas discussões à Mesa de negociação sempre disse que a crítica é o elemento fundamental do debate. Nunca me furtei a isso. Estou aqui para continuarmos este debate, dentro dos parâmetros elencados pelo Vereador: de respeito mútuo ao argumento.

Submeto a vocês, para não me estender, àquilo que anunciei de início: posso perfeitamente fazer uma rápida apresentação ou pulo a apresentação e vamos direto às perguntas.

- Manifestação na plateia.

O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO - Aqueles a favor de iniciarmos as perguntas, por favor, manifestem-se.

Aqueles a favor de que se faça uma rápida apresentação, manifestem-se.

Então, por contraste, por gentileza, vamos iniciar o diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Senhores, até este momento, temos 16 pessoas que se inscreveram a favor e 20 contra. Outros ainda virão.

Gostaria de pedir que os oradores fiquem atentos ao tempo regimental e, daqui a pouco, interromperemos as inscrições. Ao final de todas as disposições, ainda teremos o pronunciamento dos Vereadores, assim como do Sr. Christy, que está para nos ouvir e fazer suas considerações.

O primeiro orador inscrito para falar contra é o Sr. Agenor Mênaco, do Coletivo dos Servidores de Especialidades e, a favor, a Sra. Cira Malta, da Federação dos Trabalhadores Municipais.

O SR. AGENOR MÔNACO – Em primeiro lugar, quero lamentar a ausência, mais uma vez, da Secretária de Planejamento, a Sra. Leda Paulani, uma das responsáveis pelo conteúdo da proposta que apresentou e que teve o condão de nos diferenciar em propostas diferentes, quando aqui somos um, porque todos aqui têm interesse de ser bem remunerados para bem servir a municipalidade. (Palmas)

Temos interesse em trabalhar com todos os recursos profissionais, equipamentos

para bem servir à população. Sabemos que precisamos, inclusive, de mais funcionários que atuem na ponta, não nos gabinetes.

A grande questão é perfeitamente possível a esta Administração, ou seja, contemplar do ponto de vista material e financeiro todos os servidores da Prefeitura, sem necessitar tirar um direito histórico que é o quinquênio e a sexta parte. (Palmas) Essa é uma contradição. O quinquênio e a sexta parte não são pouca coisa. São uma gratificação por tempo de serviço prestado, (Palmas), que têm servido numa história marcada pelo arroxo salarial e pela desvalorização do funcionário, para reduzir o tamanho da erosão inflacionária.

Isso não desqualifica, seria perfeitamente possível não jogar os servidores uns contra os outros, como esta Administração fez. (Palmas)

Outro aspecto a levantar é que os aposentados, mais uma vez, são vítimas dessa política que joga o benefício para depois, porque agora eles arroxam o salário. (Palmas)

Tenho vergonha de ganhar mais, não porque não mereço, mas porque tenho sensibilidade social de todos os que estão aqui. Embora eu saiba que os grandes que estão nos gabinetes, beneficiados pelos salários especiais dos cargos de confiança de alto escalão, esses não se envergonham, esses promovem as nossas perdas. (Palmas)

Os aposentados vão ser vítimas desse processo. O princípio da paridade é jogado para o futuro, dizem que o projeto beneficia, mas, na realidade, os aposentados de hoje tiveram os seus salários diminuídos em 58, 60, 70%, não serão beneficiados. A carreira termina com 26 anos e os aposentados com 35 ficam a ver navios. Esta é a Administração que tem compromisso com os trabalhadores, mas seus secretários não têm compromisso com os trabalhadores.

- Manifestação na galeria.

O SR. AGENOR MÔNACO – E, por fim, só quero dizer que é uma falácia vergonhosa a ética, dizer que os servidores têm a condição de fazer escolha porque a tabela do atual sistema de remuneração não tem a previsão de repor reajuste salarial. É uma

indignidade.

Eu queria saber como se propõe uma tabela que não tem reposição de perda para ser cotejada com essa tabela supervalorizada, porque o governo jogou o conjunto de funcionários numa “escolha de Sofia”. (Palmas)

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) - Senhores, o relógio azul claro vai marcar o tempo da fala. Houve um problema no painel e até coloca-lo em funcionamento...

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) - Esta é uma audiência para ouvirmos as pessoas, não tenham desconfiança, por favor. Tem gente de todos os partidos aqui, queremos escutar vocês. Eu disse que houve um problema no painel, vocês estão querendo que as pessoas falem por três minutos e alguns segundos, é isso?

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) - Ah! Tenham a santa paciência, gente! Por favor, eu queria só que as pessoas observassem o relógio azul para que não seja preciso interromper a fala.

Tem a palavra a Sra. Cira, em seguida a Sra. Laura Seneviva.

Registro a presença da Vereadora Edir Sales.

Até o final desta fala vamos encerrar as inscrições.

A SRA. CIRA - Boa noite a todos, penso que a principal coisa a dizer, com relação às falas, é que o nosso problema é a Lei Salarial 13.303, é ela que causa o nosso arroxó salarial e os projetos.

Como engenheira, pertenço a um grupo e acompanhei o processos de negociação pela Fetam e pelo Sindsep, como especialista em desenvolvimento urbano. Vou ler a carta que nós, servidores de um grupo dissidente da área de engenharia, escreveu como última manifestação, cuja leitura foi feita na negociação passada, a última mesa de especialistas no

dia 22 de julho.

“Nós, servidores dos quadros técnicos desta Prefeitura, temos nos defrontado, nos últimos 10 anos, pelo menos, com reajustes de mísero 0,1% ao ano e/ou criação de gratificações de que nada colaboram com a valorização do servidor público. É de nosso conhecimento que foram enviados para a Câmara os projetos 311 e 312 que propõe, respectivamente, a criação e a reestruturação de carreiras para o quadro técnico de nível superior da Cidade.

Somos favoráveis a toda e qualquer iniciativa que tenha como foco a melhoria da gestão pública e a implementação e execução de políticas públicas definidas, posto que todos atuamos no sentido de garantir os interesses da sociedade paulistana.

No entanto, temos que ressaltar que ficamos perplexos com a ação governamental de criar uma nova carreira de analista de políticas públicas e gestão governamental, com atribuições muito similares às da carreira vigente dos especialistas em desenvolvimento urbano e demais especialistas. Qual seja a formulação, implementação, supervisão, coordenação, execução, monitoramento e avaliação de projetos e atividades em políticas públicas da Administração Direta e Indireta da Prefeitura de São Paulo.

Art. 10, do Projeto 311, com previsão de remuneração inicial de nove mil reais, valor que corresponde a quase cinco vezes o padrão inicial da carreira vigente, quase duas vezes o proposto no PL 312 para a sua reestruturação.

Assim, já que nos é exigida formação de igual padrão e cumprimento de funções muito similares às propostas para a nova carreira, com a mesma importância para a administração da Cidade, propomos que seja avaliada a replicação da tabela de remuneração proposta no PL 311 para o 312, para os analistas. Pedimos também a mesma estrutura de carreira proposta no PL 311, muito melhor que a do 312.

Vale lembrar que um dos motivos alegados para não concessão do reajuste linear aos servidores nesses últimos anos foi desacreditada pela própria Administração na justificativa

orçamentária para a criação desta nova carreira.

Ressaltamos que entendemos que a escolha da forma remuneratória, vencimento ou subsídio, não cabe ao servidor público, mas sim ao Executivo e ao Legislativo que, em conjunto, decidirão qual a forma de remuneração que melhor permite à sociedade a transparência e o controle das contas públicas. Sem sociedade civil não tem sentido ficar discutindo carreira de servidor.

Ressaltamos também que a proposta do Governo apresentada no PL 312, embora não tão bem elaborada quanto a do PL 311 e apesar dos baixos valores remuneratórios ofertados, é melhor em termos de estrutura de carreira do que a carreira vigente ou do que a estrutura proposta pelos sindicatos. Lembramos mais uma vez, enfaticamente, que os servidores que ingressaram na carreira pública municipal depois de dezembro de 2003 possuem um regime previdenciário diferenciado e não têm direito à paridade e integralidade após a aposentadoria. Portanto, para esses servidores interessa uma tabela que contemple maiores valores iniciais e menor diferença remuneratória entre o início e final de carreira, tornando-a mais atrativa. E se vai falar em abono por tempo em desvio de função tem que ser anuênio para quem ingressou pós 2013, senão não serve.” (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra a Sra. Laura Lucia Ceneviva, arquiteta.

A SRA. LAURA LUCIA CENEVIVA - Boa noite, Srs. Vereadores. Boa noite, colegas, eu sou arquiteta, trabalho na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e estou aqui para chamar a atenção dos Srs. Vereadores, que irão apreciar o projeto, para a questão da racionalidade implícita nele e em qualquer outro na estruturação da Administração Pública.

Há um suceder de governos, visões partidárias e há um corpo estável que permanece. É assim porque os vícios da alma humana são dois ou naqueles que permanecem o vício do corporativismo ou naqueles que veem o uso da máquina pública como território de gangue, vamos dizer assim. A combinação das duas formas é aquela que melhor poderá

beneficiar a sociedade.

Nós temos nesse PL 312 uma proposta de estrutura pessoal, de recursos humanos que não contempla, por exemplo, a dedicação pessoal de alguns dos funcionários. A gente tem aquilo que contempla a formação e tem a evolução por tempo, mas não a dedicação. Mais ainda, ele não contempla os processos que o empregador tem que assumir, o encargo do empregador para conosco, que somos concursados. O Fulano que é CLT, todo ano, tem que cumprir aquilo que está na CLT ao empregado. O que está escrito no PL que o empregador vai ter que cumprir? Não tem. A gente fica dependendo da sucessão dos governos para ter benefícios ou não.

Então, em primeiro lugar, observando que a eficiência da Administração Pública é um preceito constitucional novo e que gestão de recursos humanos inclui não apenas salários decentes – não estou dizendo salários estrondosos -, há que se ter uma coisa isonômica com relação à sociedade, mas inclui a vontade de trabalhar, o respeito àquilo que é feito e tudo mais. E esse projeto de lei não contempla essas coisas, como de resto, o processo de elaboração do projeto de lei não contemplou. Houve aquilo que em estratégia de guerra se chama uma diversão. A gente ficava discutindo determinados assuntos na mesa de negociação, ninguém falava de subsídio e, de repente, o que veio foi o subsídio.

Então, não se construiu no governo a busca de uma racionalidade conjunta nem de confiança mútua que levasse a Prefeitura de São Paulo a uma posição de melhor destaque. Então, o que eu pondero aos Srs. Vereadores, na qualidade de uma servidora, que já tem um monte de cabelo branco, que considerem aquilo que seja do interesse da Administração Pública ao longo do tempo, independentemente das visões partidárias, aquilo que seja bom para que todos possam trabalhar juntos.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Muito obrigado. Estão encerradas as inscrições e anuncio a presença do Vereador Marco Aurélio Cunha.

Tem a palavra o Sr. Sérgio Ricardo Antiqueira, Presidente do Sindsep.

O SR. SÉRGIO RICARDO ANTIQUEIRA – Boa noite a todas e todos servidores, vereadores, vereadoras, primeiro tenho que deixar registrado que foi um erro mandar esse Projeto de Lei 312 para a Câmara sem as conclusões das negociações com os sindicatos. Primeiro tenho que deixar claro isso. O 311 é uma abominação e o 003 também não deveria estar aqui sem conclusão. Mas, já que está, eu tenho autonomia e autorização de uma assembleia geral dos servidores, conforme o estatuto do nosso sindicato, para trazer essa negociação para cá, sem abrir mão de negociar com o Governo. Nós não queremos que retirem o PL 312, mas que o melhorem.

- Aplausos no recinto.

O SR. SÉRGIO RICARDO ANTIQUEIRA – Nós queremos que atenda ao que os servidores insatisfeitos estão cobrando. Para isso, a gente está trazendo para cá primeiro para o PL 003 e a gente pede que os Srs. Vereadores aprovem, nas remunerações para o subsídio, seja garantido de forma permanente que as progressões sejam exclusivamente por tempo. Que se retiraram o quinquênio é ali que a gente vai recompor o quinquênio na progressão por tempo. É isso o que a gente quer mudar no PL 003 e na reestruturação do 312 a gente quer mudar na forma da ligação que entendemos que está incorreta.

Apontamos isso o tempo todo e não conseguimos avançar. A progressão exclusivamente por tempo foi uma conquista de negociação e disso a gente não abre mão, porque beneficia servidores que estão no início de carreira. Não adianta nada pegar o último quinquênio, pois se aposentar no dia seguinte ele não levará. Ele não leva a sexta parte depois de 20 anos de carreira. Ele tem que contribuir, contribuir, contribuir para calcular uma média. Isso tem que ficar muito claro. Então a carreira precisava ser mudada, sim. Se for subsídio, a gente tem que ter contrapartida.

Outra coisa, a gente pede aos vereadores que avancem naquilo que a gente não conseguiu avançar com o Governo. Nós pedimos que os admitidos fossem colocados para o

final da carreira, para os valores finais da carreira. Eles têm 25, 30, 35 anos de serviço público. Isso não está sendo respeitado. Foi trazido o 1 para o 5 e se quiser entrar no 5 continuará no 5 para sempre. Estamos propondo que tragam para o 13. A gente quer além da reestruturação.

Então, a gente tem um conjunto de propostas, que já entregamos para alguns vereadores hoje e já as protocolamos na Casa. Tem um conjunto de emendas que a gente vem discutindo com o Governo, não conseguimos avançar. Isso desqualifica o processo de negociação, mandar um projeto para cá sem concluir negociação. Desqualifica mais ainda quando a gente não consegue avançar.

Então, queremos envolver os vereadores e queremos que eles aprove a não retirada do 312, a não retirada do 003. Nós queremos melhoria, que garanta todo o conjunto de servidores. É por aqui que estão os servidores e se vocês derrubarem os projetos 312 e o 003 irão prejudicar a área da saúde também, que ainda nem chegou, que isso fique claro. (Palmas)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto – PSDB) – Sr. Alessandro Mazzoni, por favor, fique próximo ao microfone; Sr. Engenheiro João Damaro, que é Vice-Presidente do SEAN, está com a palavra, tem três minutos, por favor.

O SR. JOÃO DAMARO – Antes de tecer algumas considerações técnicas, gostaria apenas de esclarecer à Mesa que em todas as assembleias das respectivas categorias, de todas as entidades de nível superior, foi unanimidade pela rejeição desse projeto de lei.

- Manifestação na plateia.

O SR. JOÃO DAMARO – Pelas razões que entenderam, ou seja, esse projeto, realmente, não atende às aspirações e o Artigo 37 da Constituição que diz: têm de ser atendidas as especificidades profissionais dos servidores públicos.

Ele aproxima os servidores de carreira, sob regime estatutário da iniciativa privada, mas nós não temos as garantias da iniciativa privada.

Ele dispõe a estrutura administrativa pública na medida em que não há incentivo à

permanência do servidor. O incentivo que vem através de seu tempo de serviço, como é o quinquênio, a sexta parte; como é a incorporação que, segundo nosso parecer jurídico, é uma conquista pessoal e não pode ser absorvida por esse projeto ilegal.

Quero também tecer uma consideração sobre a fala da Secretária, em outra audiência pública, quando ditou uma discriminação entre servidores na medida em que falou que esse projeto é para atender os iniciais de carreira. Eu entendo que os iniciais de carreira têm de ser atendidos, defendemos 8,5 no inicial, porém, a experiência profissional e ascensão funcional têm de ser estimuladas. Afinal, os jovens de hoje serão os experientes de amanhã, serão os aposentados de amanhã.

Portanto, não pode haver divisão nas carreiras. A Administração Pública tem de fazer um projeto profissional, desprovido de emoções ideológicas e partidárias. Ela tem de atender as necessidades da Prefeitura de São Paulo, dessa que é a maior cidade do Brasil. Nossa querida e amada São Paulo.

Srs. Vereadores, respeitamos a posição dos senhores, que são legitimamente representantes da sociedade no que tange à fiscalização da Administração Pública e também na questão da implementação das políticas, assim como nós, servidores, temos de ser respeitados como agentes públicos na implementação técnica dessas atividades.

No caso de engenheiros-arquitetos: na manutenção dessa cidade. Para isso precisa haver respeito. Não pode haver essa dicotomia de que um setor desse Poder Público Municipal tem todas as condições de trabalho, enquanto outro setor, também importante, que são seus servidores municipais, é totalmente desqualificado, com salários de R\$ 1,8 mil, enquanto a Prefeitura propõe no PL 311, os R\$ 13 mil no inicial de carreira.

Não dá tempo de falar tudo que temos contra esse projeto, mas já entregamos um parecer da Eminente Dra. Magadá, ex-Procuradora Municipal, com 30 folhas, demonstrando toda a ilegalidade e inconstitucionalidade contidas nesse projeto. Já entregamos a V.Exa. e isso vai ser pressão a todos os vocês, não tenham dúvidas. Obrigado.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto – PSDB) – Sra. Márcia de Oliveira, por favor, peço que fique próximo ao microfone. Obrigado.

Sr. Alessandro Mazzoni, da Associação de Especialistas em Meio Ambiente.

O SR. ALESSANDRO MAZZONI – Boa noite a todos os presentes, aos nobres Vereadores, aos demais membros da Mesa.

Eu poderia gastar meu tempo falando que o salário dos servidores é baixo, que isso desestimula o servidor, que isso causa um prejuízo terrível para a municipalidade, pois os servidores se evadem, mas o que é mais importante não é isso.

Esse embate deveria ser desnecessário por dois motivos, e eu explico.

Não importa se estou de preto ou de branco. Não é o mais importante.

No início, eu era contra esse projeto, pois os servidores mais antigos diziam: ah ele suprime uma série de direitos. Daí, fui ler o projeto e, depois, eu descobri que não poderia ser contra a sua manutenção.

São dois motivos. Primeiro, não posso ser contra um projeto de lei cujas consequências são opcionais. Quem está contente com o atual regime de remuneração, permanece.

Se o projeto é tão vil, tão destruidor, o servidor tem opção de não optar por ele e continuar da forma que recebe sua

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto – PSDB) – Por favor, pessoal, vamos ter um pouco de educação, deixá-lo terminar sua fala. Estamos dispondo tempo a quem é a favor e a quem é contra.

Compreendo que quem é contra não aguenta, não tolere, mas eu peço paciência, pois isso só alonga o tempo e a disposição de quem está falando.

Por favor, seu tempo está garantido, mais um minuto, um minuto e meio.

O SR. ALESSANDRO MAZZONI – Obrigado, mas não vou gastar todo esse tempo.

Serei breve.

Peço aos nos nobres Vereadores – vocês que são os guardiões da democracia do Município -: deixem que a opção seja para cada servidor.

Eu não tenho o direito de cercear o direito de escolha do meu colega.

Se o projeto foi tão atacado assim, nas inúmeras assembleias, ele não terá adesão.

É simples: desde que cada servidor escolha. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Sr. João Gabriel, dirija-se ao microfone.

Nesse momento, tem a palavra a Sra. Márcia de Oliveira, Presidente da Associação dos Administradores Municipais, por três minutos.

A SRA. MÁRCIA DE OLIVEIRA – Boa noite a todos, sou da Adam. Represento os administradores estatísticos economistas que trabalham na cidade de São Paulo.

A nossa associação é contra o sistema proposto de remuneração por subsídio. Não existe uma cultura jurídica ainda, no nosso entender. Tudo é muito novo.

Entendemos que o subsídio deve ser aplicado em cargos transitórios no Governo e num caráter permanente como não está sendo proposto. Por isso, entendemos que não deve ser para nós.

Nosso sentimento é de incerteza do futuro. Apresenta uma tabela até 2016 e depois. A própria lei salarial, não é séria. Ela não respeita nós, servidores. É a 001.

Por que não apresentar primeiro uma proposta de lei com um aumento linear e, depois, uma reestruturação?

O Governo inverte e comece pedindo a nós, servidores, um cheque em branco.

A nossa fala não é uma questão de servidores novos ou servidores antigos, mas, sim, uma insegurança para todos.

Estamos unidos pela revalorização salarial de todos os servidores. Hoje, em

destaque, os especialistas.

Lembramos que tanto faz ser S ou CA, precisamos de melhor salários, todos nós assumimos grandes responsabilidades no dia a dia.

Em que pese a proposta do Governo ser boa ou ruim, entendemos que ela fere princípios da Administração: moralidade. O que é ser moral? Entendemos que respeito, quando o Governo fala em opção, está, no mínimo, equivocado. Por opção, significa ter duas ou mais opções razoáveis, pois sabemos que, infelizmente, na pele, os servidores que não migrarem, quando se trata de um novo quadro, assinam uma sentença de morte na carreira, a exemplo recente dos nossos colegas de nível básico e médio, que não haviam feito a opção pelos QPs e não receberam aumento salarial ano passado. (Palmas)

Existe um valor na nossa organização chamado tempo. O Governo despreza a cultura dessa organização e propõe uma integração para o novo plano de forma nominal. Isso é inadmissível. Entendemos que a primeira integração – tanto para ativos como inativos – tenha que considerar o tempo na carreira, uma vez que, ao ingressar, deverá cumprir trajetória de 25,5 anos – porque os atuais levaram 27 anos para alcançar o Q-13. Trata-se de garantir a isonomia e não jogar uns contra os outros.

Trazemos mais uma questão, que, no nosso entender, é muito séria: o patrimônio funcional de cada servidor deve ser considerado e preservado, afinal a conquista individual não é de uma categoria, a exemplo da gratificação de função e da gratificação de gabinete, em função da história de cada um dentro da Administração. Lembro que, no passado recente, a maioria dos servidores de NU – hoje especialistas – tinham RDPE. Quando o Governo propôs sua extinção, fez uma regra transitória, que virou vantagem de ordem pessoal - respeito ao patrimônio funcional.

Nosso objetivo hoje nesta Casa é pedir reabertura de negociação com o Governo. Porém, entendemos que negociação tem que ser boa para ambas as partes. O Governo deve nos ouvir, porque, até a presente data, houve apenas um monólogo. (Palmas)

Nossa preocupação é com uma política de ganha-ganha. Queremos abrir negociação, desde que sejamos respeitados e escutados. Mandamos mais de 140 propostas durante o processo de negociação, mas infelizmente o Governo não passou nenhuma resposta por escrito até a presente data. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Muito obrigado. Anuncio a presença da Sra. Maria Benedita Claret Alves Fortunato, presidente do Sindicato dos Agentes Vistores e Agentes de apoio Fiscal do Mu de São Paulo, que era uma das convidadas e está aqui na Mesa. Desculpe-me por não tê-la anunciado antes.

Tem a palavra o Sr. João Gabriel, da Internacional de Serviços Públicos.

O SR. JOÃO GABRIEL – Para muitos de nós é muito difícil vir a esta Casa. Quanto a mim, tenho memórias muito ruins deste plenário, de momentos de muita luta e muita guerra. Nos últimos anos, temos perdido muito ao virmos aqui. Mas penso que a maior perda de todas foi a mudança da lei salarial.

Quando, há duas décadas, foi criada uma grande distorção e um golpe foi aplicado, geraram-se diferenças profundas na categoria. Hoje nos deparamos, por exemplo, com um assistente social ganhando 1.590 mil reais no HSPM, enquanto outros companheiros da mesma categoria ganham quase o dobro. (Palmas)

Hoje nos deparamos com companheiros com piso salarial de 230 reais de nível básico.

- Manifestações no recinto.
- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. JOÃO GABRIEL – Acredito que isso é uma dívida que esta Casa tem com a categoria e precisa ser paga, mas não acredito que será paga somente com reajuste linear. Não acredito que o holerite que vi ontem de uma companheira que aposentou como copeira, de 230 reais, será recompensado com 10% de reajuste. (Palmas) Esta Casa tem a responsabilidade de construir uma proposta para atender toda a categoria, recompondo-lhe as

perdas, mas que também não percamos aquilo em que avançamos na negociação.

Hoje quando um companheiro fica um dia afastado por razões pessoais ou outra que seja, perde um ano na progressão. Isso é neoliberalismo, isso é ataque. (Palmas)

Quando um companheiro fica afastado um mês – porque foi se submeter a uma cirurgia -, perde toda a gratificação GDA. (Palmas)

Então, dizer que está bom do jeito que está hoje, não está. Agora, se os Srs. Vereadores vêm como está dividido este plenário, podem ter certeza de que as negociações têm que avançar mais. Tem que se construir um substitutivo que atenda à maioria da categoria, que garanta a recomposição de perdas. Essa é uma dívida que os Vereadores desta Casa têm, pois votaram a GDA com extensão para os aposentados, mas, no dia seguinte à votação, voltou à GA sem extensão para os aposentados. De paridade, V.Exas. entendem muito pouco, mas há chance de vocês agora repararem isso avançando nas negociações e fazendo a mudança da lei salarial no ano que vem – uma lei salarial que garante a recomposição de perdas para todos os funcionários ativos e aposentados. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra o Sr. Luiz Guerra, diretor da FASP.

O SR. LUIZ MARTINS GUERRA – Boa noite a todos. Meu nome é Luís Guerra, sou administrador e estou representando o Manoel Veríssimo, Presidente da FASP, que não pôde estar presente. A FASP – Federação das Associações Sindicais e Profissionais de Servidores da Prefeitura de São Paulo – representa dez entidades sindicais, entre elas a Associação dos Administradores Municipais de São Paulo – ADAM, a Associação dos Contadores, a Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos Municipais – Seam. Todas essas entidades sindicais são representantes de carreiras de especialistas abrangidas pelo PL 312.

A FASP ratifica a posição dessas entidades, contrária às propostas de pagamento de salários por subsídio. Há mais de 25 anos a FASP vem participando de todas as

reestruturações da carreira feitas na Prefeitura de São Paulo por vários governos e sempre defendeu que se considere o tempo na carreira desses profissionais para fazer a integração nas novas carreiras criadas. Defendemos também que sempre seja respeitada a paridade e o direito dos inativos.

Portanto, Srs. Vereadores, a FASP reitera em todos os seus termos a posição das nossas entidades, que já se manifestaram aqui contrariamente ao PL 312, que institui o pagamento de salários por subsídios. Muitos já falaram e outros tantos irão falar a respeito dos quinquênios e da sexta parte, que esse projeto está extinguindo, embora seja um patrimônio dos funcionários. Há outros dois elementos – não menos importantes – que também consideramos patrimônio funcional: caso daqueles funcionários que assumiram responsabilidades, tiveram cargos e, conseqüentemente, fizeram jus a uma gratificação de função, que foi tornada permanente e incorporada; além disso, também a gratificação de gabinete. Essas duas são gratificações que representam um patrimônio do funcionário, que trabalho, assumiu responsabilidades e esperou pelo menos cinco anos para que isso se tornasse permanente. Assim, não dá para aceitar que pessoas que não tiveram as mesmas responsabilidades tenham depois o mesmo salário, ao excluírem-se essas gratificações.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra o Sr. Wellington de Castro, especialista em educação física.

O SR. WELLINGTON DE CASTRO – Boa noite a todos. Agradeço pelo espaço. Hoje tivemos realmente a expressão de uma democracia neste local. Em nome de muitos especialistas de educação física representantes dos CEUS, quero dizer que não somos contra o sistema de pagamento por subsídio. Acreditamos que existem, sim, algumas falhas, que são verificadas, por isso foram inclusive apresentadas opções, como o projeto substitutivo ao PL 312.

Queremos que nossa voz seja ouvida da seguinte forma: hoje nossa situação

dentro de uma unidade educacional, como formadores de crianças, jovens e adultos, fica comprometida inclusive por conta dos nossos salários, pois muitas vezes nos sentimos desmotivados. Esse PL apresentou algumas melhorias na forma de progressões e promoções e nos dá uma melhor condição financeira na forma de um pagamento líquido melhor.

Isso nos propõe, então, que sejamos a favor. Queremos, sim, que ele seja aprovado com as negociações do sistema permanente. Precisamos, porque, hoje, para nós não adianta vir um reajuste linear em cima de um padrão de 1.800 reais. (Palmas)

Esse é o nosso padrão. Não conseguimos verificar, até em longo prazo, como será a nossa aposentadoria em cima desse padrão e dos demais que virão, porque não temos a paridade e a nossa integralidade será em cima de 80% desses salários de 20 anos.

Então, queremos colocar para os senhores a nossa posição para que os senhores ouçam atentamente o nosso apelo. Queremos, sim, uma melhora. Queremos, sim, o subsídio que propõe o PL 312/14, mas queremos também as alterações que foram feitas em mesas de negociações, que estamos sempre acompanhando.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra, para falar contra o projeto, o Sr. Mauryas de Castro Manzoli, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

O SR. MAURYAS DE CASTRO MANZOLI – Boa noite. Primeiramente, queria dizer que o que está acontecendo aqui, em termos de divisão, é tudo uma ilusão, porque estive conversando com um colega servidor da saúde, que me contou que o pessoal do Hospital do Servidor ganha um salário líquido de 2.500 reais. Não sei se isso é correto, porque...

- Manifestações no recinto.

O SR. MAURYAS DE CASTRO MANZOLI – Bom, foi o que ele me falou. Não me interessa. É muito surpreendente. Ninguém das categorias de engenheiro, arquiteto e agrônomo é contra o pessoal que recebe pouco ter aumento. De maneira nenhuma. Isso tudo é uma situação fantasiosa contada pelo Governo. Essa divisão é uma ilusão.

O objeto desta audiência é o PL 312/14, que engloba bastante gente, 29 formações em cinco cargos largos. O pessoal da saúde não está sendo abrangido por esse PL, mas pelo projeto de alteração da Lei Orgânica.

Para que vocês reflitam, imaginem se fosse o contrário, se esse fosse o PL da saúde e viessem engenheiros e arquitetos falando que o que o pessoal devia fazer. Não, as assembleias são soberanas. (Palmas)

A do Sindsep é soberana e a nossa também, mas aceitamos esse PL? Não. Porque as nossas carreiras têm muitos problemas, em especial a curva de remuneração, que começa em 3.350 mil e termina em 10 mil mais ou menos, só que ela é uma curva. Como observou a companheira Cida, para quem entrou depois de 2003, a regra é diferente, vamos nos aposentar com três mil e poucos reais, eu fiz a conta. A proposta do Governo não propõe nenhuma alteração, é apenas um copia e cola da carreira atual e também é uma curva: o final da nossa carreira parece muito bom com 16 mil, mas vamos nos aposentar com seis mil e poucos reais. É só fazer a conta.

Queremos, então, uma carreira menos desigual, como, por exemplo, a que foi proposta aos médicos num outro PL. É uma linha reta, é só olhar no gráfico.

Esse é um dos problemas, pois não atinge o piso, uma reivindicação e uma característica da nossa carreira, uma das pouquíssimas que têm direito ao piso, juntamente com os arquitetos e veterinários.

De aumento líquido, vamos ter 900 reais agora em 2014. Em 2015, mais 400; em 2016, mais 600. O aumento líquido vai ser de dois mil reais. Isso daqui a três anos. Só que até lá 20% da inflação já vai ter comido tudo isso. Então, o aumento real, líquido, de dinheiro no bolso, que é o que interessa, será de 1.400 reais. Isso não é 100% de aumento, isso não é nem 50% de aumento. Os números estão sendo manipulados.

Essa é uma das questões a que nós, com toda a autonomia e a soberania dos nossos sindicatos, somos contra. É só isto: pedimos respeito. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra, para falar a favor, a Sra. Juliana Torres Amaral, do Hospital do Servidor Público Municipal

A SRA. JULIANA TORRES AMARAL – Boa noite. Estou aqui representando os meus colegas do hospital e vou ler um breve texto que preparamos.

“Senhores Vereadores e servidores municipais, os profissionais do Hospital do Servidor Público Municipal – HSPM, os especialistas, profissionais de saúde e de todas as categorias querem dar um basta na sua inviabilidade, insignificância e desvalorização que os acompanham há anos. Trata-se de um descaso com o HSPM, com seus profissionais e com os próprios usuários do serviço.

Somos cerca de 2.700 profissionais que cotidianamente atendem servidores do Município, seus dependentes e os munícipes da nossa cidade no seu Pronto Socorro. Profissionais altamente especializados, profissionais de todas as áreas da saúde, especialistas, assistentes sociais, engenheiros, arquitetos, contadores, estatísticos e outras classes que não possuem quinquênios, sexta parte e outros direitos. Profissionais que há décadas não recebem reajustes salariais.

Somos concursados, considerados empregados públicos e estamos a serviço dos servidores municipais. Profissionais que por vezes cobrem a falta de outros que diariamente deixam a instituição para ingressarem em serviços privados e públicos, inclusive os da Prefeitura, que oferece os melhores salários.

Nos últimos anos, nem a abertura de concursos nem a contratação emergencial garantiu a inserção e a manutenção de novos profissionais no quadro devido aos baixos salários oferecidos. Trabalhamos numa instituição que atua com três vínculos empregatícios diferentes, o que gera conflito e desmotivação: os CLT, que são a maioria, sem reajuste salarial; alguns CLF, recebendo melhores salários, e os emergenciais, sem vínculo e com contrato precário. Todos fazem as mesmas atividades, atendendo e cuidando dos usuários.

Há muitos anos vivemos na incerteza: o hospital vai virar fundação? Vai passar a

ser administrado por uma Organização Social? Vai fechar? São muitas histórias, mas o que sempre esperamos é reconhecimento, valorização, equiparação com os servidores da Prefeitura.

Vivemos à margem de tudo. Imaginem um hospital daquele tamanho, que é dos servidores municipais, esquecido? Queremos regime jurídico único, salários melhores e de mercado. De salário inicial, não dá para um médico ganhar R\$ 2.764,12; um engenheiro ganhar R\$ 2.120,13; um assistente social ganhar R\$ 1.590,10; um operacional ganhar R\$ 619,03, mais uma complementação, pois, nesse caso, o salário é menor que o mínimo.

Os salários estão defasados e nem um reajuste de 100% resolveria. Por isso, somos favoráveis ao PL”.

Queria deixar claro que a derrubada desse PL vai ser a queda da saúde pública no Município de São Paulo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra, para falar contra o projeto, a Sra. Denise Lopes de Souza, da Secretaria Municipal da Habitação.

A SRA. DENISE LOPES DE SOUZA - Boa noite a todos.

Hoje estamos em uma audiência pública da Comissão de Administração Pública para avaliar as opiniões e debates sobre o PL 312, do Executivo, que cria o cargo de analistas e modifica o sistema de remuneração do servidor.

Os aspectos jurídicos e constitucionais deste PL já foi objeto de uma audiência pública anterior. Então, não vou debater a constitucionalidade, a legalidade ou não. Tem pareceres que foram protocolados na Mesa e isso deve ser analisado na Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa. Na Comissão de Administração Pública nós vamos discutir o mérito, se ele é bom, o que ele traz, qual a justificativa do Governo para isso e se isso atende ou não – dependendo das negociações e já tivemos informações de que não foram finalizadas – para avaliar um pouco e fazer considerações.

A justificativa do Governo é que este PL traz uma possibilidade de capacitação do

servidor para poder enfrentar os problemas da Administração, para poder ter um quadro mais enriquecido. Não é o que a gente vê neste PL. Este PL simplesmente substitui a denominação de especialista por analista em carreiras unificadas que têm suas especialidades e qualificações e naturezas de profissão diferenciadas – e essa é uma das causas da ilegalidade da aplicação do subsídio.

Outra questão importante: o que é um analista? O analista, pelo dicionário, analisa, faz análises. Agora, se você perguntar o que é um engenheiro, o que é um arquiteto, uma assistente social, uma bibliotecária, um sociólogo, um geólogo, a profissão já está dizendo o que é, a profissão regulamentada. Esse projeto põe equilibradamente profissões diferentes no mesmo patamar não só de responsabilidade civil e criminal, como também remuneratórias. (Palmas)

O que queremos? Queremos que reestabeçam as profissões. A política de recursos humanos que é objeto da análise da Comissão de Administração Pública pelo Regimento da Casa tem de ver se está sendo atendida a Lei Orgânica do Município no artigo que diz sobre a valorização do servidor, artigo 90.

Vivemos hoje desse desequilíbrio total e desmotivação geral é o resultado da política de recursos humanos que a Administração de 2002 fez. Fez concursos com níveis baixíssimos de salário que hoje criaram um buraco na Administração. Então, temos novos desmotivados, velhos desmotivados e um buraco no meio. Esse é o problema principal.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – O próximo que vai falar contra é o Sr. Frederico Kobayashi. Agora é a Sra. Luciana Melo, do Contran, Confederação de Trabalhadores da América Latina.

A SRA. LUCIANA MELO – Boa tarde a todos. Sou especialista bibliotecária em início de carreira. Estou no S2. Gostaria de falar especialmente ao pessoal de fim de carreira porque é um pessoal que tenho muito respeito e admiração. Posso dizer que nos cinco anos

que estou na Prefeitura aprendi muito com esse pessoal e não desconsidero a luta de vocês.

Mas gostaria de dizer que me entristece profundamente o que vem ocorrendo e essa barbárie que a gente tem feito nas últimas audiências, assembleias de colegas nos ofendendo, me ofendendo, causando um estresse desnecessário. (Palmas)

Quero iniciar minha fala com uma frase atribuída a Voltaire: “Posso não concordar com nenhuma das palavras que você disser, mas defenderei até a morte o seu direito de dizê-las.” (Palmas)

Voltando a questão do PL. Embora tenhamos posições divergentes sobre esse PL, nós, de início de carreira, temos questões profundamente específicas, principalmente a questão da integralidade, da paridade da aposentadoria. Soube há pouco tempo e a maioria não sabe, mas temos essa questão.

Outra questão importante é a falta de profissionais, a evasão dos profissionais. Cada vez mais você percebe que os colegas a cada ano mais colegas prestam outros concursos, saem da Prefeitura e cada vez mais ficamos sem os profissionais.

Outro dia um colega de fim de carreira me questionou da seguinte forma: “Se for aprovado este PL, o que vai ser daqui a 20 anos?” Eu respondi: “será que daqui a 20 anos estaremos aqui?” (Palmas)

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra o Sr. Frederico Kobayashi, Sindicato dos Engenheiros.

O SR. FREDERICO KOBAYASHI – Boa noite, Colegas.

Farei uma crítica ao PL 312/04. Falou-se muito na questão da opção. Se você não quiser optar, tudo bem. Só que tem um detalhe importante, vocês precisam ler o §6, do artigo 26, nós consideramos não subsídio, é suicídio. Por quê? Se a gente optar, a gente morre por enforcamento. Se a gente não optar, é por inanição, por isso que somos contra o subsídio. (Palmas).

Não é o tema de falar em lei salarial, mas a lei salarial precisa ser corrigida sim. Tem uma palavra que não é adequada, eles nos consideram como despesa de pessoal. Nós entendemos que é um investimento, nós somos investimento e não despesa para a Prefeitura – todos nós, sem exceção. (Palmas).

A tabela que está sendo oferecida – eu digo para todos os colegas que se iludem com essa cenourinha os dizeres de Millôr Fernandes: “O ovo frito de hoje, anula o galeto de amanhã”. Então não se pode iludir com esta tabela que, aparentemente, é aumento para o iniciante.

Eu fiz uma tabela e distribuí aos nobres Vereadores e vou mostrar para vocês como que funciona essa questão dos valores. Temos um gráfico vermelho que é a reposição das perdas salariais. No caso de engenheiros e arquitetos estamos solicitando em torno de 8,5 salários mínimos. Então ele começa nesta parte. O que o Governo nos oferece é a Tabela 4 e, no início, melhora um pouco, mas ao longo dos anos é praticamente idêntico, inclusive considera para determinadas faixas a inflação do subsídio de 13,17% ao ano; outra faixa entre 1,13 a 5,52%; e, para o final de carreira, 2,58% em uma inflação em torno de 7%.

Então, o que vocês precisam entender é o seguinte: no salário atual, eles estão propondo, no final de carreira, um reajuste negativo de 2,06% menos 1,82, menos 1,57, menos 1,44, sendo que a nossa reposição das perdas é em torno de 50%.

O que posso dizer? O que o Governo está fazendo com todos nós da carreira de nível universitário é oferecer um sapato, tamanho único, de modelo único e de cor única para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas) – Obrigado. Com a palavra a Sra. Silvia Vidor, especialista em Educação Física da Secretaria de Esportes. Próximo a falar contra é o Sr. Paulo Antônio Ferraz.

A SRA. SILVIA VIDOR – Boa noite, Mesa, boa noite todos. Sou S3, tenho muito respeito pelos mais velhos, pelas conquistas deles, porque acho que conseguimos ter o que

temos pela luta de quem está na carreira há mais tempo.

Mas entendo também que neste momento, avaliando todo o projeto que nos foi apresentado, que foi, na verdade, a única opção que tivemos – isso foi colocado na mesa para a gente, o PL 312. A princípio, estávamos negociando outra coisa. Foi-nos imposto esse PL. Tentamos negociar desde junho do ano passado. Eu tenho acompanhado todas as mesas de negociação. Sento junto. Não represento nenhuma entidade, mas sento lá para assistir e acompanhar. Temos problemas, sim, como disse o Sérgio, o João Gabriel e como disseram meus companheiros. Temos problemas, não concordo com tudo. Temos problemas com transição de progressão, de promoção. Temos problemas, sim. Queremos enquadrar todos por tempo. Isto é fundamental: que o enquadramento seja por tempo, porque acho que aí conseguimos atender a maioria das pessoas, a maioria dos servidores de todas as carreiras.

Queremos avançar nas negociações. Acho que é isso que precisamos, avançar e discutir os pontos que não estão atendendo a todos. Acho que é isso. Não vamos ter consenso nunca, mas que tenhamos menos perdas. É nisso que precisamos pensar. Os Vereadores têm de entender o projeto como um todo, e, quanto ao que está aqui, acho que o principal a ser discutido é a lei salarial. A lei salarial é para todos. É isso que precisa estar claro, porque congela até 2016, com 13%, 13%, 13%, e, como disse o colega, há inflação, que vai comer tudo, mas temos de pensar uma lei salarial, para que esses salários tenham uma projeção real e o real dinheiro na nossa mão, o ganho real.

Sou contra o PL 311. Somos, o pessoal do Esporte. Somos veementemente contra esse projeto que cria cargos com salários iniciais de 9 mil reais, sendo que temos servidores aqui, dentro da Prefeitura, que podem cumprir esse papel a que se refere o PL 311.

Ressalto o salário baixo, o que está acontecendo hoje na Secretaria de Esportes, uma Secretaria que está praticamente fechando as portas por causa das exonerações e das aposentadorias, sem reposição por concurso.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas) – Com a palavra o Sr. Paulo Antonio Ferraz.

O próximo a falar a favor é o Sr. Fábio Gomes Rocha, da Prefeitura. De onde o senhor é?

O SR. PAULO ANTONIO FERRAZ – Da regional de Santana.

Primeiro, queria começar minha fala fazendo uma pergunta, porque os Srs. Vereadores pediram que ela fosse feita. Pergunto ao Cristi por que um analista começa, na sua tabela, com 9 mil e vai até 20 mil e os engenheiros e arquitetos têm essa tabela lá embaixo. Essa era uma pergunta que eu queria que o senhor respondesse. O que eles são mais do que nós. (Palmas)

Eu queria falar também o seguinte aos Srs. Vereadores: essa proposta de subsídio tem vício de origem. Subsídio é para função temporária, que não é o nosso caso. Pois bem, aí vem o Governo e, do nada, quer nos impingir essa política de Governo inconstitucional de subsídios, desconsiderando todas as nossas conquistas. Apresenta uma tabela repleta de armadilhas, iniciando com um salário muito abaixo do mínimo estabelecido pela CREA e pelo CAU, acenando para impressionar os incautos com o salário fixo para o final da carreira de 16 mil reais em 2017. Mentira. Descontando a inflação, significa hoje um salário de 11 mil reais.

Detalhe: devido às exigências para chegar ao final, essa condição só irá acontecer somente na próxima década. São cursos, um monte de coisas que se tem de fazer que não se consegue chegar ao final.

Penaliza ainda, de forma maldosa, aqueles que se encontram há mais tempo na carreira, deixando-os, na sua grande maioria, sem reajuste algum depois de 10, 12 anos. (Palmas).

O Governo, magnânimo, alerta aqueles que ficaram acima da tabela de que não terão o seu salário reduzido. Muito obrigado ao Governo, são muito bons. Pois bem, vendo seu projeto naufragar, Sempla tenta carregar todo o funcionalismo para o seu lado, lançando mão de um expediente desprovido da mínima ética, ou seja, enviou semana passada para todos funcionários, através de e-mail corporativo, a propaganda enganosa do seu projeto. (Palmas)

E muito pior: invade e-mails particulares. Nunca vi isso, em 40 anos de Prefeitura.

Por outro lado, quero esclarecer aos Srs. Vereadores que nos últimos 10 anos o reajuste de salário concedido a nossa categoria e a de todos os funcionários foi de insignificantes 1,15% para todos. Enquanto FIPE, no período, variou de 41,58%. E, pasmem os senhores, o crescimento da receita da Prefeitura mais do que triplicou, pois foi de 144%.

Peço aos senhores do Governo e principalmente à Secretária Leda Paulani que parem com os malabarismos de querer jogar os funcionários uns contra os outros. Isso não se faz. (Palmas)

O que queremos é muito simples, a mais do que justa reposição salarial e os 8,5 salários-mínimos para o início da carreira. Dinheiro não dá para dizer que não tem depois que o Governo abriu concurso para 800 cargos de analista, ganhando de 9 a 20 mil reais. É um absurdo. (Palmas)

- Manifestação da galeria.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) - Tem a palavra para falar a favor o Sr. Fábio Gomes Rocha, Especialista em Educação Física, do CEU Paz.

O SR. FÁBIO GOMES ROCHA – Boa noite, Srs. nobres Vereadores; funcionários públicos do Município de São Paulo, quando me perguntam sobre a minha profissão, costumo dizer que sou especialista em formações técnicas, culturais e desportivas em educação física, as pessoas veem esse nome pomposo e questionam: nossa, você deve ganhar bem, professor. Não. Quando falo da minha jornada de trabalho, 40 horas semanais, incluindo os finais de semana, dizem assim: professor, o senhor quer ficar rico. Não.

Algumas pessoas falam: por que você então prestou esse concurso? Porque eu sou professor, sou idealista, acredito. (Palmas)

Nós, especialistas que trabalhamos nos CEUs, e também os que trabalham em Seme, somam aproximadamente 420 no Município. Pode não parecer um número muito grande, mas prestamos atendimento a mais de 45 mil pessoas por mês, em locais que muitos

que estão aqui presentes hoje jamais vão colocar o pé. (Palmas)

Eu trabalho em um CEU que é o 2º local mais miserável da cidade de São Paulo – CEU Paz, no Jardim Paraná – e não saio de lá, apesar de ganhar uma gratificação de difícil acesso de R\$ 74,00. Não desisto disso, mas isso é uma vergonha perante o trabalho que fazemos e ofertamos à comunidade.

Essa minha realidade não difere dos demais colegas especialistas. Todos os especialistas que estão em CEU tem a mesma realidade. Trabalhamos com pessoas boas, com a criminalidade, com vagabundos também. Fomos chamados de vagabundos, mas não somos, lidamos com vagabundos e tentamos incutir algo de bom na vida deles. (Palmas)

Por tudo isso somos a favor do PL 312 com as alterações necessárias. Para terminar, afirmo o que alguns colegas falaram: não queremos fazer parte de um grupo contra ou a favor. Queremos que os senhores analisem e façam o bem a todo o funcionalismo do Município de São Paulo, porque quem move a Cidade são os funcionários públicos. Vocês estão de passagem e nós permanecemos até a nossa aposentadoria.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra para falar a favor a Sra. Carolina da Silva Ângela. (Pausa)

Tem a palavra a Sra. Elineia Meira Martins, da Assistência Social da Prefeitura, que vai falar contra.

A SRA. ELINEIA MEIRA MARTINS – Boa tarde a todas e a todos, eu sou assistente social e também integro o coletivo dos trabalhadores de nível universitário da Prefeitura de São Paulo.

Vou fazer uma analogia com a fala do último colega que me antecedeu aqui dizendo que os Vereadores são transitórios e nós somos efetivos na Prefeitura, portanto, temos uma carreira para desenvolvermos na Prefeitura de São Paulo. Eu entendo, colega e todos os presentes, que esse plano de cargos, carreiras e salários apresentado pelo Governo Haddad,

na verdade não é um plano que permita ao servidor público vislumbrar o seu desenvolvimento na carreira. Não é um plano de Estado, é um plano datado, portanto, é um plano de gestão.

Nós servidores, ao longo da nossa trajetória enquanto trabalhadores, que executamos as políticas públicas nesta Cidade, vemos que de gestão em gestão a apresentação de novos planos de cargos, carreira e salário não permitem aos trabalhadores vislumbrar a construção de uma carreira na Prefeitura de São Paulo, porque esses planos não estão assegurados numa política salarial que permita ao trabalhador a possibilidade de recomposição do seu salário frente às perdas inflacionárias.

E o Governo Haddad, infelizmente, de forma intencional ou não, atingiu o seu objetivo que é dividir os trabalhadores públicos, porque historicamente e falo de uma pessoa que tem executado serviço público nesta Cidade há quase 30 anos e participado de todas as lutas, enfrentando na porta desta Câmara a cavalaria, esguicho de água, borrachada e sempre mantivemos a nossa unidade. (Palmas)

Pela primeira vez os trabalhadores estão aqui divididos, porque é isso que o Governo faz com esse plano que divide profissionais em início de carreira e profissionais no meio e no final da carreira, profissionais ativos e inativo. E isso não podemos permitir, porque sem servidor público não tem serviço público nesta Cidade, Srs. Vereadores. (Palmas)

Defendemos serviço público de qualidade. Falo enquanto assistente social que sou com muito orgulho, porque nas periferias desta Cidade há uma porta aberta de uma unidade pública estatal, que é um CRAS, um CREAS, para atender aqueles que são mandatários da política pública da assistência social. E é inconcebível o que o Governo fez: criar um plano de cargos onde não há regras claras, percentuais definidos. Isso é um absurdo. (Palmas)

Nós trabalhadores não aceitamos abrir mão da nossa remuneração por vencimento e alterar para um subsídio. Queremos respeito aos trabalhadores.

E para finalizar quero dizer que sou uma profissional que tem muito orgulho de fazer a opção pela carreira pública, por ter me formado numa universidade federal pública,

também tenho uma prática de atuação sindical. E quero deixar muito claro que o sindicato do qual sou filiada e que ajudei a filiar muitos profissionais há 25 anos, realizou no ano passado uma assembleia em que ficou decidido contra o subsídio, em novembro do ano passado. Este ano, no final de junho, outra que também foi contra o subsídio em uma assembleia do nível universitário em 11 de agosto, onde foi aprovado um documento que decide que queremos um plano de cargos, carreira e salário sim, mas pautado em princípios que unificam todos os servidores do nível universitário. E também defendemos a revisão da atual lei salarial. É isso.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – O próximo a falar contra é o Sr. Felipe Baso Torres. (Pausa)

A próxima a falar a favor é a Sra. Carolina da Silva Ângelo, Especialista em Educação Física, do CEU Navegantes.

A SRA. CAROLINA DA SILVA ÂNGELO – Boa a noite a todos, vou ser breve em minhas palavras porque a maioria dos meu colegas já falaram o que todo nós pensamos.

Vou falar por tópicos. Peguei alguns tópicos de colegas que falaram tanto contra como a favor. Primeira coisa que vou falar é de um fato que aconteceu hoje, ninguém citou, mas essa foi uma coisa que me incomodou muito e acredito que tenha incomodado a todos: a falta de respeito que houve conosco, porque estou vendo muita gente falar em quebra de categoria, mas a quebra de categoria começa a partir do momento que nós, enquanto servidores públicos, começamos a faltar com o respeito uns com os outros.

Eu não estava na outra assembleia, mas houve casos de retirar o microfone da mão de uma pessoa. Hoje tive de escutar que nós, especialistas, não representamos o nível universitário. Como assim? (Palmas)

Assim como a colega que me antecedeu falou que estudou em universidade federal, eu sou da primeira turma do Prouni. Então, assim como você, eu também batalhei para estudar, e não admito que alguém fale para mim que eu não represento o nível universitário.

- Manifestação fora do microfone.

R – Não, eu não estou falando de você. Da mesma maneira que você estudou na escola pública...

- Manifestação do público.

R – Então eu falei da quebra de categoria; falei da representação do nível universitário, que eu tive de escutar de um colega hoje – acho que ele é semideus para falar algo assim. Enfim, teve uma fala de outro colega, que falou em relação ao patrimônio. Apesar da minha pouca idade, eu sou uma pessoa que estou correndo atrás, assim como vocês, e eu também quero um patrimônio bom. Temos de correr juntos para isso, e não ficar entrando em discussões, um ofendendo o outro. As pessoas responsáveis, as pessoas às quais temos de se apegar para discutir sobre isso, nós estamos deixando de lado. Estamos discutindo entre nós mesmos. O foco aqui não somos nós, são os Vereadores, são eles que nos apresentaram a propostas. E aí o pessoal é contra. É contra, mas ninguém, até o momento, apresentou uma contraproposta. Cadê a contraproposta?

- Manifestação do público.

R – Cento e quatorze propostas com o Governo. E a melhor proposta que vocês têm? Então, para discutirmos, primeiramente temos de nos respeitar. E aí, se você está falando que tem tudo isso de proposta, para nós, especialistas, não foi apresentado, porque, pelo que sabemos, tiveram...

- Manifestação do público.

R – Posso terminar?

- Manifestação do público.

R – Então, já que tem tudo isso de proposta, então o primeiro passo que temos de dar é parar com as negociações paralelas que estão havendo. (Palmas) É o primeiro passo, e isso não estamos fazendo. Então acho que hoje é o momento de fazermos uma reflexão sobre o que realmente é importante e quem é realmente irresponsável por essa quebra que está

tendo aqui: essa falta de respeito, um funcionário chamar o outro de vagabundo. Eu acordei três horas da manhã hoje, almocei em 15 minutos, para estar aqui, para garantir o meu espaço lá, e me foi tirado esse direito.

É só isso o que eu tenho para falar. Os meus amigos já falaram, e os outros vão concluir.

Vamos começar a nos respeitar, porque os responsáveis por isso estão dando risada da nossa cara. Sabe o Coliseu quando jogam a carne para os leões? Nós somos os leões, e eles estão aplaudindo lá de cima, de camarote. É isso que vocês não estão pensando. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Gostaria de dizer aos senhores que tanto melhor que aproveitem essa oportunidade para que vocês nos digam o que vocês estão pensando, e, tanto quanto possível, que a discussão sobre os pontos de vistas divergentes seja feita numa assembleia, o que eu acho que é o lugar mais adequada. Afinal de contas, para nós é importante saber o que vocês pensam, e não o que vocês sobre o que vocês divergem, que daí não vamos conseguir chegar a lugar nenhum.

Tem a palavra o Sr. Felipe Bazo Torres, sociólogo.

O SR. FELIPE BAZO TORRES – Boa noite a todos – Srs. Vereadores, colegas.

Quero tentar usar o pouco tempo que tenho aqui para desmistificar algumas ponderações feitas aqui, pois acho que é absolutamente necessário.

Primeiro: o PL 312 é muito ruim na sua estrutura e na sua essência, essa é que é a verdade. Ele provavelmente não é pior que os outros dois – PLO 3 e o PL 311 –, e que foram mandados para esta Casa sem que nunca tivessem passado por uma mesa de negociação.

São projetos de lei que nos ferem, nos afetam profundamente, não somente a nós, mas aos colegas que estão aqui também.

Mas por que o PL 312, que veio para esta Casa sem que houvesse avanço nas negociações com a Prefeitura? Não é difícil sabermos a resposta. Basta pensarmos que entre

nós temos mais de dois aposentados e a maior parte deles não está aqui. A maior parte dos aposentados será impossibilitada de evoluir além da Carreira 13 e terá um prejuízo econômico enorme: sem direito à paridade, sem direito à integralidade. (Aplausos)

Esse projeto é muito ruim porque discrimina a nós, os antigos. Ele exige de nós aquilo que não se exige dos novos! Ele também é muito ruim porque estaciona os admitidos que estão há 25, 30 anos na Prefeitura no P5. Mas ele é muito ruim em outros aspectos também e é isso que eu quero que os colegas vejam.

Por acaso alguém aqui quer 0,001%? Por acaso alguém aqui é responsável pela situação dos companheiros que estão de branco ou que estão de preto? Não. O responsável por isso é o Governo. (Aplausos)

A principal das mistificações é que temos que passar um cheque em branco, que é subsídio mais falta de lei salarial. Ou seja, nenhuma previsão de reajuste, senão não teremos direito a reajuste e continuaremos com um salário miserável e isso não é opção. Isso é chantagem. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Senhores, gostaria de ponderar algo com todos e dividir uma preocupação. Não queremos, de forma alguma, tolher a palavra de quem quer que seja. Abrimos a inscrição para todos aqueles que quisessem falar. Até agora, dez pessoas falaram a favor e onze contra e temos mais 29 inscritos.

Portanto, faço um apelo: para aquelas pessoas que fizeram a inscrição e que, de alguma forma, já tenham sido contempladas com a fala de alguma outra pessoa, que peçam a retirada de seu nome da lista. Assim, poderemos abreviar o trabalho. Já fizemos quase duas horas de audiência pública e, nesse ritmo, teremos, pelo menos, mais duas horas.

Então, todos aqueles que estão inscritos e que puderem abrir mão da inscrição, por favor que o façam.

Tem a palavra, para falar contra, o Sr. Robson Miguel da Silva, CEU Navegantes, também especialista em Educação Física.

O SR. ROBSON MIGUEL DA SILVA – Começo falando que a proposta do Sindicato, na verdade, era a de incluir o S13 para o Q17 da Tabela. Isso foi o que eles colocaram a favor de todos.

Portanto, venho com um apelo: quero aumento para ontem, não quero para hoje.

(Aplausos)

E sabem por que quero aumento para ontem? Porque os meus alunos estão lá todos os dias. Eles estão no meio de usuários de droga, no meio de pessoas indecentes e temos que enfrentar isso tudo sem abalarmos o nosso psicológico.

Creio que o pessoal da Saúde, que está nos apoiando, também tem que estar presente hoje, porque a greve foi geral, não foi específica. Pelo que eu saiba, a greve não foi só de nível universitário: foi de nível básico, de nível médio.

Falo de boca cheia: eu sou de nível universitário, mas não sou superior a ninguém.

(Aplausos)

Quero falar também que dentro dos CEUs temos diferenças entre professores. Fiz o concurso de especialista. Estou encaixado com Engenheiro, com Assistente Social e os professores da EMEF trabalham 30 horas e ganham mais que nós! Os professores da EMEF, anualmente, têm remoção, enquanto nós ficamos de dois em dois anos, isso se não correremos atrás! Do contrário, ficamos quatro anos sem remoção, trabalhando lá onde ninguém quer chegar, e, quanto à minha idade, não tenho experiência, mas tenho respeito! Eu respeito você, que trabalhou. O aposentado tem direito ao aumento, sim. Não estamos tirando o direito dos aposentados. Não é porque eu sou novo que eu tenho que ser massacrado pela Prefeitura! Isso é um absurdo! (Aplausos)

Para finalizar, digo que fazemos muito além de nossas atribuições. Lá, eu viro Engenheiro, Arquiteto, Assistente Social. Então, se isso também acontece com vocês, temos que ter consciência de que merecemos um salário digno. Eu quero subsídio, mas eu quero a lei salarial também. Eu quero tudo o que eu tenho direito: tudo e mais um pouco. (Aplausos).

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra o Sr. Cláudio Campos, do Sindicato dos Arquitetos. (Pausa) Foi embora.

Então, tem a palavra o Sr. Luis Fernando de Cásper Viana.

O SR. LUIS FERNANDO DE CÁSPER VIANA – Boa noite a todos. Não vou me estender.

Sou contra o subsídio, da maneira como ele está apresentado. Ao contrário do que o Sr. Christie fala, ele não atende...

Na verdade, há uma grande mentira por trás disso. Falarei de alguns casos específicos de valores, por favor, o pessoal que não faz parte dessas carreiras, a gente entende que o pessoal de zoonoses ganha pouco, merece ganhar mais, que o pessoal do Hospital do Servidor tem problemas salariais também, mas preciso dar um exemplo do que acontece com a gente. Cada um tem o seu exemplo. Se formos entrar nessa discussão, vamos nos matar e não vamos chegar a lugar nenhum.

Para a maioria das carreiras de nível superior, se pega o salário inicial de 1.850 mais a produtividade que a maioria das carreiras têm, dá 3.150 reais. Se você aplicar uma inflação de 45%, que é o período desde 2007 que a gente não tem reajuste, vai dar 4.567 reais. O que o Governo oferece na primeira tabela é 4.768 reais.

Primeira coisa, o Governo diz que vai dar aumento de 50% - o que é uma mentira, porque na verdade o aumento deve estar em torno de 5%, que é a diferença de 200 reais. Você querer convencer a maioria das carreiras de abrir mão de todos os direitos que têm em troca de 200 reais, com toda a forma de negociação que foi feita até agora, eu acho um absurdo. (Palmas)

Estou na Prefeitura há oito anos. Trabalho na SEAB com urbanização de favela. Eu piso no esgoto, atendo aquela população. Hoje estava em uma reunião na CDHU para defender 600 famílias que estão correndo risco de serem despejadas no Butantã. Todos nós, assistentes sociais, sociólogos, da Prefeitura em algum momento – alguns mais e outros

menos – temos de ir a áreas de fragilidade social. E todos nós merecemos ser valorizados assim como respeito os colegas dos CEUs.

Com oito anos de Prefeitura tenho um quinquênio e um cargo incorporado, DAS 12, que não é um cargo difícil de ser incorporado após oito anos, estou no S4 da carreira, deveria estar ganhando hoje um salário corrigido pela inflação – o que o Governo me deve moralmente – de 6.500 reais. O que o Governo me oferece na primeira tabela, no primeiro ano, é um salário de 5.415 reais. O Governo está roubando mil reais do dinheiro que eu teria de reposição da inflação. (Palmas)

Quando falo Governo, não é partido X ou Y. Estou falando da Prefeitura do Município de São Paulo. Assim como entrei no concurso e não tenho direito à paridade na aposentadoria, tenho de assumir isso para mim. Infelizmente, não tenho paridade então não foi ficar falando que deveria ganhar muito mais agora por causa da minha aposentadoria, o Governo tem de assumir, a partir do momento que é eleito, o ônus que os outros deixaram e valorizar a gente sim. Gostaria muito que o Sr. Christie oferecesse para a gente o salário que ele ganha como Secretário-Adjunto ou um salário que um auditor fiscal ganha no Governo Federal. Aí, acho que ninguém estaria reclamando aqui.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Sr. Antonio Carlos, do Sindsep.

O SR. ANTONIO CARLOS – Boa noite a todos.

Todos aqui são servidores públicos ou empregado público da cidade de São Paulo. Pergunto se há alguém aqui favorável ao atual modelo de salário de 0,01%, que é o que recebemos de reajuste todos os anos.

Alguns fatos estão postos. Eu falo em nome de uma assembleia geral do Sindsep, que se pôs favorável ao atual modelo apresentado pela gestão. Se ela se pôs favorável, como direção dessa instituição, tenho o dever de trazer a posição dos trabalhadores da Prefeitura e autarquia da cidade de São Paulo.

Primeiro, a proposta apresentada dá conta de atender a 80% dos trabalhadores, com a revalorização de até 20%. Estão atendendo a todos? Não, mas nós estamos há quase dois em campanha salarial, e não chegamos a lugar algum. É isso o que a gente quer? Nós, com certeza, não iremos chegar a uma situação que resolva a questão salarial de todos os trabalhadores.

Nesse momento, o que une a todos é uma lei salarial que venha dar conta de salários justos. Não é a atual lei salarial. Se nós ficarmos, num debate, um contra o outro, vamos ficar, nos quatro anos nessa gestão, sem conseguir ter a atual proposta colocada e uma nova lei salarial discutida, para que a gente possa efetivamente disciplinar a atual proposta; e a gente vai continuar no 0,01%, que está acontecendo, durante esses anos que está sendo colocada a atual lei salarial.

O que eu entendo como servidor e diretor do Sindsep? Que precisamos concluir essa lei salarial. A gestão tem que mandar todos os PLs para a Câmara, e discutirmos e melhorarmos as propostas que estão sendo colocadas. Isso tem que ser votado e o dinheiro tem que ser dado no bolso dos trabalhadores - Ele precisa disso - de todas as categorias. Aqui elas estão todas representadas, porque o Sindsep representa todas.

Aqui estão os trabalhadores de Zoonose, da Saúde e especialistas. O Sindsep só não representa aqueles que se dizem superiores. Esses se autorepresentam e constroem as suas propostas fora do sindicato, e depois vêm aqui.

Todos que vieram aqui falar e que construíram propostas, as quais o Sindsep não acatou, tudo isso foi construído fora do Sindsep, e não apresentaram essas propostas em assembleias, para serem apreciadas pelo Sindsep.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – O próximo inscrito para falar contrariamente é a Sra. Tamara dos Santos Cereja, do CRAS Aricanduva.

A SRA. TAMARA DOS SANTOS CEREJA – Eu sou assistente social da Secretaria de Assistência Social. Não abri mão da minha fala, mas me sinto contemplada por todos os

companheiros que vieram aqui falar contra. Venho aqui falar para reforçar, porque sou, primeiro, inicial de carreira, e sou contra o subsídio. Não é fato o que aconteceu na última audiência pública. O tumulto que houve foi por causa da fala infeliz de uma pessoa, ao dizer que representava os iniciais de carreira. Isso não é verdade.

Reforço aqui que, em nenhum momento, no processo de negociação salarial, houve qualquer reunião de novos e velhos separadamente. Nós somos um conjunto de trabalhadores e decidimos tudo em assembleia. Gostaria que os vereadores observassem os argumentos contrários e a favor. Infelizmente os argumentos a favor deixaram muito a desejar. Aqui é um espaço de debate político, para explicarmos para os Vereadores qual é o problema desse PL.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. TAMARA DOS SANTOS CEREJA – Infelizmente, porque, aqui era um lugar que teríamos de trazer a discussão acumulada no nosso espaço que é o sindicato. Tantos momentos que falamos e falamos do subsídio. Fomos para um seminário, onde ficou muito claro que não é necessário aumentar o salário do servidor por subsídio.

É possível, sim, criar uma nova proposta avançando no que o Governo já propôs, assim como o Núcleo do Nível Universitário apresentou na assembleia. É uma proposta com princípios para discutir um substitutivo aqui na Câmara.

E esse substitutivo está pronto, mesmo o sindicato não dando espaço para podermos debater.

Queremos, sim – e convido aqui o Sr. Presidente do sindicato – a pegar a proposta do substitutivo e por em assembleia, pois contempla os novos, os antigos e ainda o nosso prejuízo (ininteligível) e nem argumenta como vamos nos aposentar. E não é por paridade. Isso tem de ser discutido. Essas questões técnicas precisam, sim, serem levadas em consideração.

Quero deixar para a Mesa a proposta de substitutivo. Convido o Sérgio, Presidente do sindicato, a ler nosso substitutivo e apresentar para a categoria. Apresentar e fazer o

debate. Essa é minha fala e a respota à companheira que falou que ninguém tinha proposta. Temos proposta para o novo, o antigo e para todo mundo beneficiar-se. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto – PSDB) – Próxima, para falar a favor, é a Sra. Telma Santana Neves. É do CEU Uirapuru, também especialista em Educação Física.

A SRA. TELMA SANTANA NEVES – Boa noite a todos, boa noite à Mesa.

Primeiro, gostaria de agradecer a oportunidade. Estive na outra audiência pública e, dessa vez, senti que conduziram de uma forma democrática. Vocês escutaram ambos os lados, tanto as pessoas contra, quanto a favor.

Temos divergências, sim, somos todos funcionários públicos e prestamos serviços para o Município. Então temos o direito, sim de colocar a nossa opinião.

Gostaria, sim, que vocês analisassem bem todos os pontos colocados aqui.

Estou representando uma boa parte dos especialistas que atuam em CEUs, nos centros educacionais, e também que compartilham da mesma opinião que a nossa, que são as pessoas que atuam em clubes-escola.

Somos, sim, favorável ao subsídio. Não do jeito que está, que fique bem claro isso. Nós entendemos os problemas que o atual projeto possui. Queremos, sim, as mudanças necessárias que precisam ser feitas e já foram apresentadas. Quais são os problemas que o projeto tem para atender a todos. Valorizamos, sim, todo o funcionalismo.

E, como uma colega disse: “Admiro, espelho-me, sim, na experiência dos antigos, quero me espelhar em vocês, nessa experiência incrível que vocês têm”. Mas, vejam, nós, iniciais de carreira, precisamos, sim – por conta até da aposentadoria – de uma boa média salarial. E outra, nós temos pressa.

Desculpem, mas eu não sei, se os meus colegas compartilham da mesma opinião, mas esses salários que ganhamos, hoje, é miserável. Não temos como pagar nossas contas. Estamos com pressa, sim. E se a forma mais rápida de negociar com o Governo, de avançar, é através da proposta do Governo, então, vamos negociar. Vamos ver e ajustar os problemas

que essa proposta tem e vamos negociar. É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto – PSDB) – Sra. Lia Débora Stulman, por favor.

A SRA. LIA DÉBORA STULMAN – Meu nome é Lia, sou assistente social, boa tarde Vereadores, boa tarde plenário.

Na verdade a gente estava muito angustiada, mas de repente me veio um *insite* que da crise, do caos pode haver uma renovação real. Podemos hoje, Câmara de Vereadores, sindicatos, servidores públicos, nos darmos conta do nosso papel de construirmos um serviço público com políticas públicas comprometidas com a população e entendermos que é só nesse sentido que se explica nossa existência, do Executivo, do servidor público e da Câmara também. Precisamos nos unir em torno de formular propostas de políticas públicas e propostas de planos de cargos e carreiras para o funcionalismo.

Aqui eu fiquei um pouco chocada, eu sou assistente social, trabalho há 34 anos e trabalho com idoso, que, aliás, hoje é um problema sério em São Paulo porque a população está envelhecendo sem condições de suporte, nem da Previdência, nem dos serviços sociais, e aqui vi e fiquei chocada, novos e velhos em confronto. Não é possível, Cristie, que vocês acentuem e agudizem essa contradição. Nós acreditamos num outro tipo de governo, num governo em que as questões sociais possam ser enfrentadas e as respostas construídas coletivamente.

E quero dizer uma coisa fundamental, a escuta qualificada é uma qualidade do servidor público. Sem escuta qualificada, que não é um grande título de doutorado, escuta. Quem trabalhou muito tempo sabe o quanto vale isso, escuta que os dirigentes também têm que ter, sem escuta qualificada não há avanço. Foi muito difícil, mas eu consegui escutar os mais jovens e consegui entender que para eles não vale a pena quinquênio e sexta-parte, no entanto, também eles precisam nos entender que não é justo que depois de anos de trabalho a gente vá para casa sem salário que mantém as nossas necessidades e eu não falo por mim,

falo por todos. O que isso significa? É possível, Christy, construir um verdadeiro plano de carreira, cargos e salários e faço esse apelo ao Executivo, onde a gente tenha, sim, vocês propuseram quatro mil, setecentos e pouco, nós aceitamos, podemos ir até cinco mil para os mais novos, mas queremos que haja uma progressão funcional, com índices fixos de categoria para categoria. É 5%? Podemos negociar três 5%, vamos sentar na mesa, e de nível para nível, queremos promoção que possa sim prever tempo, desempenho e formação em serviço e outros títulos. Somos a favor da revisão da lei salarial como a base e peço que os projetos sejam retirados não para não votar nada, para poder voltar com a discussão da categoria. E que o Cristie possa se comprometer rapidamente em construir esse processo com todos nós e termos um serviço público forte e uma categoria unida. Essa é a nossa vontade, Christy, por favor, não nos jogue no caos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Para falar a favor, o próximo é o Sr. Paulo Soares. Eu quero dizer que pelo meu apelo só uma única pessoa retirou sua inscrição. Está esvaziando aqui, vamos perder a oportunidade de a maioria ouvir a explanação do Chefe do Gabinete que guardou para o final a respostas para as indagações que foram feitas. Vamos prosseguir dessa forma, porque não vamos tolher a oportunidade de quem se inscreveu.

O SR. TONINHO VESPOLI – Sr. Presidente, numa audiência pública eu acho que é importante a escuta, mas acho que é importante uma devolutiva, que a gente possa escutar o Governo quanto aos questionamentos. Eu queria fazer a seguinte proposta até para ficar uma coisa igual para todos os lados. Tem menos pessoas a favor para falar e muito mais pessoas contra. A gente não poderia escutar por igual, os outros não falariam porque eu acho que tem indagações dos Vereadores para entenderem melhor esse projeto, que queriam dialogar com o Governo e o Governo também dar as respostas, porque se esvaziar aqui na hora que o Governo irá falar, a gente vai perder a oportunidade de escutar o que o Governo está pensando. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Diante da proposta feita, nós temos

aqui quatro pessoas ainda para falar a favor e nós temos 15 para falar contra. Eu vou pedir para que a Assessoria fique aqui no canto e veja, das pessoas que estão inscritas contra, se a gente pode fechar em quatro também, de tal forma que a gente tem igual. Se for possível, se não for possível está mantida a inscrição conforme foi feita.

O SR. ALFREDINHO – Sr. Presidente, porque V.Exa. não resolve essa questão antes de abrir a primeira fala, para que a gente possa saber até que horas vai isso aqui. O senhor fez a proposta de quatro favoráveis e quatro contrários.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Nós tivemos um procedimento desde o início de dar oportunidade para todos aqueles que quisessem falar. Foi isso que fez este plenário conseguir se acalmar. Agora eu não acho justo que aqueles que ficaram por último na fila não tenham essa oportunidade. Agora, eu faço um apelo para que aqueles que se inscreveram por último, caso a sua fala seja coincidente com a de alguém que já falou anteriormente, que abra mão dessa fala. É só isso. Eu não estou excluindo ninguém, estou pedindo que vocês retirem.

O SR. PAULO SOARES – Boa noite a todos. Boa noite a Mesa. Eu queria explanar algumas coisas que eu ouvi. Em primeiro momento eu ouvi o pessoal falando em DA incorporado, se cargo comissionado incorporado. Eu acho que o cargo comissionado incorporado ele defasa as contas do município, porque muitos servidores hoje ao ocupar o cargo, sai do cargo, falaram que o cargo é incorporado. Sim, o cargo vem incorporado de confiança, muitas vezes dos próprios nobres Vereadores. Então uma das primeiras falas foi falado que não tinha âmbito político. Tem sim, porque se você tem cargo incorporado algum âmbito político, nesse governo, ou no governo anterior, você teve. E é assim.

Outra coisa, peço respeito à minha fala, porque quem tem ensino, teoricamente uma coisa que estou vendo aqui, quem tem ensino de nível universitário, teoricamente tem uma instrução melhor do que quem tem ensino de nível básico. Então eu peço a todos vocês que façam valer seus diplomas e respeitem uns aos outros. Diante de qualquer coisa, nós

somos população. Outra coisa, vou falar, quinquênio e sexta-parte. O quinquênio para uns é um valor, para outros é outro valor.

Quanto que é o valor do quinquênio – vocês que defendem o quinquênio e a sexta parte – daquela pessoa que recebe 400 reais? Quanto que é o valor do seu quinquênio? O seu quinquênio dá muito mais que o valor do salário dessa pessoa. (Palmas) Eu sou contra chamar o nível universitário de nível superior, porque as pessoas de nível universitário, muitas vezes, se acham superiores aos outros.

O subsídio, caso continue, é opcional, como o companheiro falou. Ninguém tem o direito de interferir no direito do outro. O projeto de lei foi apresentado após mesas de negociação. Se a mesa de negociação passou o projeto para esta Casa, esta Casa tem de avaliar as emendas, sim, ver se tem direito de todo mundo participar, porque todo mundo votou nos Vereadores, e eles são representantes do povo, nós.

Falaram de reajuste linear. O reajuste linear, para quem ganha 10 mil reais, representa mil reais; para quem está lá embaixo, ganhando 400 reais, vai ser de 40 reais.

Falaram que ano passado teve aumento para os níveis básico e médio. Sim, teve, mas o nível básico recebia menos do que um salário mínimo. (Palmas) E eu sou contra, como munícipe, a retirada do projeto de lei. E quem for contra, é simples, é fácil. Na hora que o projeto for votado – e espero que seja aprovado, pelo bem do funcionalismo –, é só não optar. (Palmas).

P – A próxima a falar contrariamente é a Sra. Iralene Silva Araújo, do Coletivo Independente de Nível Universitário.

A SRA. IRALENE SILVA ARAÚJO – Eu acho que vem muito a calhar a minha fala nesse momento, porque eu gostaria de falar justamente a respeito do conceito de liberdade de escolha do Governo.

O que o Governo diz é que há uma livre escolha entre aderir ou não ao novo regime de remuneração por subsídio, quando não aderir significa permanecer percebendo os mesmos

salários, tendo por base uma tabela de vencimentos sem qualquer reajuste. Essa é a opção de escolha que nos é colocada. Sem os devidos reajustes proporcionais aos contidos na tabela do subsídio, para o caso de o Governo querer efetivamente falar de escolha. Todavia, não é uma escolha, mas uma coação que está sendo colocada para gente. (Palmas) Não aderir significa ficar sem aumento de salário. Essa é a mensagem implícita na proposta do Governo. (Palmas) E se existe uma escolha no PL 312, trata-se da escolha entre o pescoço e a guilhotina, entre matar a mãe e matar o pai. (Palmas)

P – Tem a palavra o Sr. Willians da Cunha, da Supervisão de Vigilância de Saúde da Freguesia do Ó.

O SR. WILLIANS DA CUNHA – Vou ser breve, porque a maioria dos colegas já falou.

Independentemente de diplomas, pós-graduações, eu acho que está faltando respeito. Eu também tenho nível, sou formado, licenciado em matemática. Só que acho que está faltando respeito desde a hora que começamos lá em cima. Todas as categorias, em vez de estarem se digladiando, deveriam estar unidas, porque são servidores.

Eu só tenho uma fala, para terminar, porque eu já falei que eu vou ser breve: “A árvore que não dá frutos é chamada de estéril. Tens a mim no solo”. Isso é de Henry Ford.

Obrigado. (Palmas)

P – Senhores, claramente, as pessoas aqui têm posições divergentes, conforme foi colocado várias vezes. Já estamos aqui há quase três horas, ou duas horas e meia, e eu gostaria de fazer um apelo, pela última vez: todos aqueles que queriam brigar entre posicionamentos de categoria que o façam em outro lugar; por favor, vamos tratar do PL que está aqui. (Palmas) Eu agradeço muito. Assim poderemos abreviar o tempo de todos nós, e, quem sabe, ter uma posição do Governo sobre retirada, não retirada, modificação, etc.

Tem a palavra a Sra. Patrícia Marra, do Sindicato dos Geólogos do Estado de São Paulo.

A SRA. PATRÍCIA MARRA – Boa noite a todos.

Represento um sindicato de um pequeno número de servidores, mas acredito que os meus 23 anos de Prefeitura e de trabalhos prestados me dá representatividade para falar por todos – não os novos e nem os velhos, porque essa divisão espúria quem fez foi o Governo. (Palmas) Então, quando os colegas vêm aqui jogar um contra o outro, temos de refletir, pois não podemos ser massa de manobra do Governo. Não podemos ser massa de manobra do Governo. É óbvio que quem está no início... que o pessoal do HSPM está ganhando mal. É claro, e somos solidários. Eu não tenho radicalidade nenhuma de falar que sou contra o subsídio até o fim. Eu quero negociar. Mas eu sentei às mesas todos os dias, durante um ano e meio, e o Governo pouco negociou. Desculpe, mas o Governo não honrou a promessa de campanha do candidato Fernando Haddad, e nem do próprio Prefeito, que foi, no primeiro mês, ao Sindicato Geral para prometer que nenhum trabalhador de nível operacional, médio, ou de nível superior, teria perda salarial. Então, para colaborar, eu queria só fazer uma discussão.

Na verdade, essa divisão, que ficou muito clara nas falas dos colegas, é uma vergonha. Eu me envergonho disso, e espero que os colegas dos dois lados se envergonhem também, porque vocês estão sendo o pior modelo de patrão. Vocês fazem a tática de divisão. Isso é o que se espera de um partido de trabalhadores, em que a defesa maior é do capital social? Nós somos o capital social dessa Prefeitura de São Paulo, não são vocês. Esta Comissão de Administração tem uma responsabilidade, porque vocês têm que pensar, a Prefeitura, nos próximos cinco, dez, quinze, vinte, vinte e cinco anos. Vocês vão embora, mas a Prefeitura fica, e esse tipo de coisa vai revolucionar. Estamos passando um cheque em branco para vocês. Então parece que há consenso, mesmo nas falas dos colegas favoráveis, que o PL tem problema. Então eu queria fazer a minha pergunta.

Quando vamos negociar? A última mesa foi 23 de junho. A mesa central nunca mais ocorreu. Tivemos uma audiência na semana passada. O Vereador Arselino Tatto pediu a

retirada do PLO 03 para negociar, mas eu, como entidade signatária do Sinpe (?), até agora não fui chamada, pelo Governo ou pela Câmara, para negociarmos. Sequer pelo governo, sequer pela Câmara Municipal de São Paulo, para a gente negociar. Então sindicato, nós não somos radicais, pelo menos a categoria que represento, queremos fazer a discussão sim. Agora, só mudamos a tática de pedir porque não tenho mais confiança no sistema único de negociação. Quando o governo avisa o dia da reunião que a gente estava ainda negociando, que o PL já estava aqui, que confiança tenho que os problemas que todos contra ou a favor apontaram serão corrigidos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Com a palavra a Sra. Lourdes Esteve.

A SRA. LOURDES ESTEVE - Serei breve. Boa noite para todos. Sou do Sindisep, da saúde e uma das razões de estar aqui, é porque sabemos que o PL 03, acaba derrubando o projeto da saúde que também é subsidio. E aqui falo da minha opinião que a partir das discussões que estamos fazendo nas unidades em relação ao subsidio. Na verdade, participei de todo esse processo de discussão e em alguns momentos fui contra a proposta de subsidio. E aí vamos aprofundando o projeto, discutindo nas unidades, vai amadurecendo aquilo que você acha da proposta. Coloco que eu como funcionaria tão velha, como outros que estão aqui na prefeitura, acostumei, como sindicalizada a discutir com os companheiros, como é ruim a gente ter tanto penduricalhos dentro dos nossos salários. Não aguentamos mais. Sabemos que nossos penduricalhos, não levamos para uma licença, não leva para aposentadoria, não recebemos em lugar algum. Não aguentamos mais os penduricalhos. E o subsidio, realmente, responde a questão do penduricalho, porque ele incorpora algumas gratificações. E que acho importante e grave nessa discussão. Ao invés de estarmos discutindo aqui qual será nossas formas de salário posterior, estamos discutindo quinquênio, subsidio. Não é essa a questão. Independente de quinquênio subsidio, não interessa para nós 0,1%. É isso que estamos tendo nesses últimos 20 anos. Temos de discutir como é que iremos melhorar a forma de pagamento e toda discussão que temos de terminar com esse governo com subsídios agora, temos de

deixar amarrado com ele. Não assinamos essa proposta se não houver mudança na lei salarial. Essa é a nossa principal discussão. Senão vamos ter como forma de salário, quinquênio, subsídio. Isso não é forma de salário. Quinquênio é cada cinco anos. Nós precisamos de aumento de salário a cada ano. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Com a palavra o Sr. Eduardo Gonçalves Leite, engenheiro aposentado.

O SR. EDUARDO GONÇALVES LEITE – Srs. Vereadores, vou falar, praticamente para os senhores e para o Governo. Os senhores podem ter a impressão de que estamos divididos. Não estamos. Na realidade essa divisão surgiu por causa desse bendito reajuste de 0001%, isso levou a uma situação insustentável. Funcionários que estão ganhando uma miséria, não sei nem como vive esse pessoal, não tem reajuste vão se apegar em um subsídio de qualquer maneira, porque esse subsídio vai dar algum reajuste. Agora no lado da engenharia digo o seguinte: Não houve negociação nenhuma. Participei dessas mesas, era um absurdo, cheguei a discutir com assessor do Christy, ele disse que era guerrilha urbana, que eu estava com a impressão de guerrilha urbana, se eu optasse eu não iria ter reajuste nenhum, e essa palavra, foi transmitida por meio do meu sindicato da própria Secretária Leda que me falou: quem não optar não vai ter reajuste nenhum. Como vamos viver num negócio desse. Peço aos senhores, esse projeto tem uma série de ilegalidades, eu aposentado preciso pagar plano de Saúde, não sou diferente dos outros. De onde vou tirar esse dinheiro se eu não tiver um reajuste? Peço aos senhores: retire esse projeto, e entra na negociação séria. É isso que tenho dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Com a palavra o Sr. Leandro Oliveira.

O SR. LEANDRO OLIVEIRA – Boa noite a todos. Quero confirmar aqui uma coisa que foi dita pela direção do meu sindicato. É verdade que o encaminhamento do PLO 03, para essa Casa e também do PL 311, trouxe um problema e um descrédito no sistema de negociação. E que também o PL 312, da forma como veio, sem concluir a negociação,

evidentemente, aumentou o tencionamento de que já havia em relação a esse encaminhamento, e claro, desqualifica o processo de negociação. Nós, com as diversas assembleias que tivemos no sindicato, tiramos como encaminhamento, nós não estamos propondo a retirada do 312. Estamos propondo é fazer emenda ao projeto, fazer alterações necessárias, inclusive temos uma lista já apresentada pelo Governo, de várias questões. Como a questão da migração de 13 para 17. Enfim, uma serie de coisas... questão do reajuste, do subsidio complementar. Uma série de questões que já listamos, e entregamos para o governo. Estamos trabalhando nessa direção e respeitamos todas as outras posições tiradas pelas demais entidades, mas em função das assembleias e do compromisso assumido com o conjunto dos trabalhadores que representamos, vamos trabalhar nessa direção. Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Com a palavra a Sra. Célia Regina.

A SRA. CELIA REGINA – Apenas dizer que não quero ter o direito de escolher entre subsidio ou não. Mas, sim construir de forma coletiva uma carreira mais justa para todos e que garanta a reposição da inflação. Uma carreira que não precisa ser subsidio, apenas reformular essa carreira que está ai, que não está boa. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Com a palavra a Sra. Margarida Prado Genofre, Presidente do Sindicato Aprofem.

A SRA. MARGARIDA PRADO GENOFRE – Boa noite a todos! Eu vou falar porque tenho uma experiência com a Prefeitura do Município de São Paulo, que completou, na fatídica, semana passada no dia 13 de agosto, 45 anos, que comecei na Prefeitura do Município de São Paulo. Tenho estrada, tenho janela.

Eu conheço muita coisa do que estamos conversando agora. Pois bem, eu sou da educação, mas represento um sindicato com 53.000 filiados. Eu me inscrevi para falar na condição de coordenadora do fórum de entidades sindicais, que está na mesa de negociação do Sinpe, sistema esse que foi reaberto, com pompa e circunstância e com muita alegria de

nossa parte, pelo próprio Prefeito.

Mas, sistema esse que vem sendo desrespeitado pela própria Administração e eu já tive muita oportunidade de dizer isso para o próprio Christy, na mesa, e para o Valter também. Aliás, a Aprofem não assinou, mas várias entidades assinaram. As quase 40 entidades assinaram aquele protocolo do ano passado. Houve um resultado em que as carreiras de nível básico tiveram um bom reajuste, é verdade, porque estavam defasadas; esse 0,01 é de mais de décadas, é claro e as de nível médio também. Ficou acertado que as carreiras de nível superior também seriam revalorizadas.

Naquele momento ninguém falou em subsídio. No mês de setembro, quando nós cobrávamos as questões do protocolo, o Governo veio com uma proposta de remuneração por subsídio. Ato contínuo, todas as entidades que compõem o Sinpe entregaram um documento para a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão posicionando-se contrariamente à remuneração por subsídio, dizendo que ninguém queria subsídio. E o que aconteceu? Tome subsídio. Toda discussão foi em cima do subsídio. A tabela é essa, a tabela é “x”, “y”, “z”. É assim que começa, é assim que vai, mas nada de projeto completo e nós dizendo: “Não queremos subsídio. Não queremos subsídio.” Queremos sim a reformulação da tabela, que está injusta, que precisaria ser corrigida nas mesmas bases em que foi feita para o nível básico e para o nível médio.

Era isso. E mais, também estava no protocolo a reformulação da Lei 13.303, que é aquela que estabelece o máximo de 40% de remuneração para os servidores. É isso o que precisamos discutir e não o subsídio.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra a D. Maria Benedita de Castro de Andrade, D. Benê, do Sindicato dos Especialistas de Educação.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Gente, conseguimos manter a boa

ordem até agora, vamos mantê-la, por favor.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra a D. Benê.

O SR. MARIA BENEDITA DE CASTRO DE ANDRADE – Boa noite a todos. Boa noite à Mesa, aos Srs. Vereadores. Boa noite Christy. Nós estamos aqui e eu só represento a educação, sou do Sinesp – Sindicato dos Gestores da Prefeitura de São Paulo.

No momento nós não estamos sendo atingidos por esse PL. Mas como diz um amigo meu, hoje teve muito dito popular, “quem fica perto de rico ou piolhento, sempre sobra algum para ele.” Então esse projeto pode sobrar para nós, da educação.

E eu quero falar uma coisa em relação ao subsídio. O Christy citou carreiras maravilhosas: embaixador, auditor, etc. Nós fomos atrás do subsídio implantado em outros estados e é uma coisa que serve tanto para a direita como para a esquerda. Minas Gerais, um governo da direita, implantou o subsídio. E para a educação? Estivemos num congresso agora, os companheiros da educação estão muito, mas muito mesmo arrasados com a política de subsídios. Lá pegaram todos os profissionais da educação, ao contrário daqui.

Então, se a coisa é tão maravilhosa, porque interessa a governo, tanta de direita, como de esquerda. Isso é política de governo. Não temos dúvida nenhuma sobre isso. E uma coisa que está claro nesse PL, nessa proposta, é o conceito de tempo para o governo. Conceito de tempo para o Governo é acomodação, perda de tempo. Um pessoa que fica muito, é uma pessoa acomodada. Ao contrário do entendimento que temos. O tempo para nós é um capital social, representa experiência, não pode, em hipótese alguma ser jogado fora. Quero fazer um depoimento. Reforço tudo que a Margarida falou, mas quero fazer um depoimento para os colegas. Nossa carreira da Educação teve uma quebra no Governo Haddad. Nós que tínhamos uma carreira construída ao longo de 40 anos, vimos agora o aposentado relegado ao esquecimento, que segundo nosso Secretário de Educação, foi política do Governo, excluir o aposentado. É lógico que ele não falou excluir, mas falou “não incluir”, que é a mesma coisa. A

política de governo que relegou o aposentado, quebrou a carreira da Educação do Município de São Paulo. Uma coisa que nenhum prefeito se atreveu a fazer até hoje. Teve coragem de fazer, o Haddad teve e vai carregar essa pecha para o resto da vida. Porque uma coisa que temos é memória. Somos capazes, como a Margarida falou lembrar todos os percalços e todos os ganhos que teve a carreira do magistério. Pensem bem se vão trocar o certo pelo duvidoso. Uma coisa que foi dito aqui, muito grave, muito séria, não temos uma política salarial. Estamos trocando um quinquênio, uma sexta parte, quem depende de governo, por um nada. Não temos mecanismo de reajuste. Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Senhores, como podem perceber, é a terceira fala contrária, antes do termino das inscrições a favor do projeto. Ainda temos sete pessoas para falar. Gostaria de pedir, já que não abriram mão, que as pessoas que ainda restam para falar procurassem fazer no tempo de um minuto.

Com a palavra o Sr. Onorino Alves, da Associação dos Contadores Municipais.

O SR. ONORINO ALVES – Boa noite a todos. Atendendo apelo do Sr. Presidente da Comissão, quero fazer apenas uma pergunta ao Christy. Como é que o Governo consegue justificar no PL 311, que o gasto com a folha de pagamento é apenas 33%? E para todos os outros servidores, afirma que o gasto é de 42%? É uma vergonha para um governo que se diz democrático, que saiu da base dos trabalhadores. Gostaria que o senhor me respondesse, Sr. Christy. Já fiz essa pergunta e até hoje o senhor não respondeu. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Com a palavra o Sr. Carlos Figueiredo Mourão, Presidente da Associação dos Procuradores do Município de São Paulo.

O SR. CARLOS FIGUEIREDO MOURÃO – Boa noite a todos. Fui convidado a falar sobre a questão do subsídio. É uma questão que estou trazendo aqui, questão doutrinária sobre o que é subsídio e o que não é subsídio.

O Governo está chamando de subsídio aquilo que não é subsídio. Subsídio é só pagamento de parcela única, não tem mais nenhum acréscimo, a não ser o acréscimo de

carreira.

Essa questão doutrinária é importante porque, mesmo os projetos mantêm uma série de gratificações que, em tese, seriam contrárias à questão do subsídio. Há uma incompatibilidade entre gratificações e subsídio. Então, está chamando de subsídio aquilo que não é subsídio. Isso é um problema técnico-doutrinário importante na avaliação pela Câmara Municipal.

Uma questão mais relevante é com relação ao porquê de a Constituição ter optado por subsídio, por que se criou subsídio na Constituição Federal. Criou-se subsídio na Constituição Federal para as carreiras públicas, políticas e para as evoluções em carreira.

Qual é o diferencial? Que é um diferencial e até pode ter aqui no Município de São Paulo, mas nós não temos. Por exemplo, na carreira de Juiz ou na carreira de Promotor. O Promotor entra numa carreira, começa no interior - isso se chama entrância -, na terceira entrância, segunda entrância, e ele vai galgando as entrâncias automaticamente, sem precisar de ninguém e de nada, precisando só dele. E ele chega até Desembargador, por mérito dele. Se ele quiser ficar lá embaixo, na terceira entrância, ele fica, não depende de Governo, não depende de nada, ele vai ter essa evolução.

Nós não temos carreira, Christy Pato, nós não temos carreira. Essa é uma questão fundamental na questão subsídio. Enquanto não houver uma carreira que você possa ascender, não é possível acabar com quinquênio, sexta parte e a incorporação de gratificações de função. É impossível, porque há uma questão: que vamos ficar à espera de um reajuste de 0,01.

Então, todo o mundo aqui é favorável a que haja um aumento, ninguém é contrário, todo o mundo acha que tem de ter um piso maior, todo o mundo é favorável. Só que temos de pensar a Administração não hoje, não neste mês, mas daqui a 20 anos. (Palmas)

O Município de São Paulo existe há mais de quatro séculos, ele vai subsistir a nós. Então temos de pensar nas carreiras que virão, porque podemos até pensar: há uma opção

mesmo de não optar. É uma questão funcional: você não pode obrigar o servidor a escolher. Mas as carreiras que virão serão outras carreiras e haverá um conflito das carreiras do passado e das carreiras do futuro. Isso não é Administração Pública. (Palmas)

Peço desculpa, mas isso não é. Administração Pública é uma continuidade, é um todo. Então, não podemos fazer essa cisão entre passado e futuro. Essas questões são importantes, relevantes para que sejam colocadas na discussão, na discussão jurídica desse tema.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) - Muito obrigado.

Cássio Vieira, auditor da Aafit.

O SR. CÁSSIO VIEIRA - Sr. Presidente, primeira coisa: peço licença para não ficar aqui desse lado da platéia, mas me dirigir aqui ao centro. Por quê? Porque não é possível sermos manipulados pelo Governo, colocando o que deveria ser uma audiência pública, para discutir algo de interesse público, como sendo um ringue, um ringue em que está pondo, de um lado, trabalhadores e, de outro lado, trabalhadores. (Palmas)

O que que há aqui? Nós temos gente da Educação, do CEU, que está falando: "Precisamos de um piso digno". É absolutamente necessário que a Administração dê para esses profissionais que cuidam da educação um piso digno. Também é necessário que não haja fraude contra a paridade; não haja fraude na lei do subsídio que fala que um aposentado que está aqui há 30 anos vá para o antepenúltimo do 13º nível. Por que isso? Por que essa fraude? Por que estamos rasgando a Constituição Federal?

Não é possível Isso. Agora, o Governo fica manipulando. Aliás, houve aqui, sim, uma denúncia grave falando que o Governo manipulou alguns servidores para trazê-los aqui, inclusive fazendo uso de *e-mails* que não são os *e-mails* institucionais. (Palmas) Isso é gravíssimo, manipulação.

Manipulação, não. Não é possível que nós sejamos massa de manobra do Governo.

O Governo tem de, sim, dar justificativas do porquê, desde o Governo Marta Suplicy, estar dando 0,01%.

Por quê? Por quê? Por que o Governo está dando 0,01%? Por que ele quer nos dividir dessa forma? Quero conclamar aqui o pessoal do Sindsep, o pessoal que tem realmente legitimidade para falar sobre as carreiras que estão sendo objeto desse PL. Quais são essas entidades? A Associação dos Contadores, a Associação dos Engenheiros, a Associação dos Administradores, essas entidades têm legitimidade, assim como o Sindsep também tem interesse. Eles têm de se entender e temos de estar todos do mesmo lado contra o Governo. Não admitimos esse tipo de diferenciação artificial.

Finalizando, conclamo que o Governo tenha o bom senso de vir junto às entidades para rever aquilo que está sendo requisitado pelas entidades. Elas estão falando: “Somos contra o subsídio. Somos contra um piso indigno para profissional do CEU. Somos contra um piso indigno para o Assistente Social. Somos contra tudo o que está sendo feito de errado por esse e pelos Governos anteriores.”

Muito obrigado. (Palmas)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Apenas para esclarecer, o Governo não tem nada a ver com o fato de ter sido dividido entre contra e a favor. Isso foi um critério que a Mesa adotou apenas para organizar os trabalhos. Não há divisão. Não é esse o critério. Tradicionalmente, quando se faz uma audiência pública em que há pontos divergentes, faz-se exatamente isso. E para o melhor andamento dos trabalhos, utilizamos dois microfones e de forma alternada. É só isso. Estou justificando para você não ficar com uma impressão equivocada.

A próxima oradora inscrita é a Sra. Silvana Maria Santo Paolo.

A SRA. SILVANA MARIA SANTO PAOLO – Boa noite. Sou arquiteta. Trabalho na Secretaria da Cultura. Gosto muito de matemática, por isso comecei a fazer umas contas.

Gostaria muito que o Sr. Christy me explicasse a seguinte mágica: por exemplo, quem está no Q-2 vai levar um ano e meio para passar para o Q-3. Esses caras de início de carreira, até o Q-7, terão duas promoções favoráveis, quer dizer, esse pessoal vai estar três anos no lucro. Estará ganhando 21% a mais, de ganho líquido. Só que nos três anos seguintes, ele vai perder 24%, porque até agora ninguém está falando nada da famigerada Lei 13.303, do 0,01%.

Esse projeto que esse Governo está querendo empurrar goela abaixo para a gente, não é um projeto de carreira. É um projeto para quatro anos. Daqui a quatro anos, todo mundo vai estar na mesma situação de hoje. (Palmas) Daqui a seis anos, o cara estará empatado e daí para frente vai ser só perda. Então esse não é um projeto, não é uma política de Governo para o servidor público.

É isso que queria dizer. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Com a palavra o Sr. Mário Ferreira, da Subprefeitura do Ipiranga.

O SR. MÁRIO FERREIRA – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, autoridades presentes e caros colegas, funcionários públicos municipais, acima de tudo, somos todos funcionários públicos por amor à Prefeitura de São Paulo.

A cidade de São Paulo necessita de todos nós unidos e felizes para podermos desenvolver nosso trabalho tão necessário de atendimento à população. É importante frisar que fortalecer o funcionalismo é fortalecer o Estado, diminuindo gastos com terceirizações e melhorando o atendimento à população. (Palmas)

Tentarei ser breve, mas quero agradecer a todos que ficaram por horas quando poderiam estar com suas famílias. Foi citado um caso em que o subsídio era uma questão de opção. Nas últimas reestruturações que houve, fomos coagidos a aderir a algumas delas, sendo que essa última transformou de QPD para Especialistas. Esta aqui uma pessoa que não fez essa opção. Não vou optar pelo subsídio caso ele seja aprovado. E o que ocorre com uma pessoa nessa situação? Quero esclarecer a todos que possam ter essa dúvida: ocorre que sua

vida fica estagnada. Não há mais progressão. Você fica congelado e simplesmente aguardando o projeto complementar que nunca vem. Passam-se Governos e a gente fica às traças, esquecidos e esperam que nos aposentemos para que o problema se resolva por si só. É isso que vai acontecer com quem não optar pelo subsídio.

Infelizmente, não é uma opção. Ou você vai morrer de um jeito ou de fome.

É isso que queria dizer. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Muito obrigado. Agradeço a todos pela participação.

Neste momento, gostaria de passar a palavra para as pessoas da Mesa e depois haverá uma exposição final do Sr. Christy.

Antes disso, passo a palavra à Sra. Maria Benedita.

A SRA. MARIA BENEDITA – Boa noite a todos. Sou Presidente do Sindicato dos Agentes Vistores. Ainda não fomos atingidos por essa proposta, mas sabemos que o PL está na Casa para mudar a Lei Orgânica que permitirá o Governo mudar a remuneração de todas as categorias para subsídio.

É bastante lamentável essa divisão que se colocou. Somos funcionários públicos, o Governo passa e nós ficamos. É chato falarmos que temos de ser contra o Governo. O ideal seria ficarmos ao lado do Governo, seja ele qual for. (Palmas) Mas, nas condições em que está sendo colocada essa proposta, infelizmente, temos de nos colocar contra o Governo.

O Prefeito Fernando Haddad esteve na abertura do Sinp e garantiu para toda a Mesa, para os representantes das quase 40 categorias, que no Governo dele o trabalhador não teria perda salarial. No mínimo, isso deveria ser cumprido.

Quero lembrar a fala do Christy, no início, quando disse que a sua categoria ainda não recebe por subsídio, mas que eles estão – palavras dele – tendo uma longa discussão para implantação. (Palmas) Então, acho que merecemos o mesmo tratamento.

Vamos fazer uma longa discussão para implantação, para que não haja esse tipo de divisão entre funcionalismo. Não será aqui a discussão, temos que retomar a discussão na mesa central, que foi uma promessa do Governo e essa garantia a gente tem que ter. (Palmas)

É só esse o pedido. Vamos ter por parte do Governo, junto com o Governo, a mesma longa discussão que o Christy está tendo com a categoria dele, com o Sindicato dele.

Boa tarde. Gostaria de agradecer o convite para participar da mesa.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) - Obrigado por sua participação.

Tem a palavra o Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Boa noite a todos, quero cumprimentar as pessoas da mesa, nosso mandato vem se colocando sempre a favor de um serviço público de qualidade e, para isso, entendemos que o servidor público deve ser valorizado.

Não quero entrar no debate, mas nós herdamos um debate importante na década de 90, que foi a implementação do neoliberalismo, que colocou o estado mínimo no Brasil, desvalorizando cada vez mais o serviço público, uma política até para privatizar os serviços públicos.

Ainda bem que estamos começando a reverter esse processo, porque vimos o que é ter uma telefonia que nem se consegue atender. Tem que ligar 10 vezes para a mesma pessoa para conseguir falar, pagando um dos preços mais caros do mundo pelos serviços de telefonia.

Mas queria entrar um pouco no debate que se coloca aqui, penso que ser Vereador não é tão simples como só tomar lados. Tem que se ver o todo, não só a parte. Falo isso com muita tranquilidade porque sou professor da rede municipal, entrei nesta Casa, no primeiro ano de greve dos professores do Governo Haddad votei contra a minha categoria, votando a favor do aumento para os funcionários do ensino médio e do básico, porque eu entendia que eles estavam num nível salarial muito ruim.

Nessa questão a situação deve ser analisada e tentar fazer um diagnóstico para as melhores questões.

Mas, agora, quero fazer algumas perguntas que acho importantes para o Christy. Primeiro, pelo que entendi da fala, é que as negociações não foram a contento. Pelo menos, o projeto que veio para esta Casa (Palmas) não passou pela discussão do SINP no sentido de se conseguir ter um acordo entre o SINP e a Administração. Pelo que entendi na sua fala, você valoriza o SINP, penso que há uma desconexão aí, quero entender melhor. (Palmas)

Outro ponto é o arcabouço jurídico, o subsídio, no meu ponto de vista, é algo muito recente e não consigo entender todas as questões jurídicas implicadas. Vou dar um exemplo: votamos o PDE nesta Casa, minha conversa com o Vereador Nabil foi no sentido de dizer que a concepção urbanística era muito ruim, porque dá direito à iniciativa privada até a desapropriação, pagando com o dinheiro do que foi contratado com a Prefeitura, querendo o maior lucro possível. Portanto, fará com que aquela pessoa ganhe o menor valor pela sua casa. Eu falei claro que não tenho medo da administração do PT, tenho medo do que outros farão com esse instrumento do PDE lá na frente.

Se não houver, no nosso caso, um arcabouço jurídico claro em questões trabalhistas, até porque esta emenda é a 19, que foi na época do Fernando Henrique Cardoso. A insegurança é algo que todo ser humano tenta fugir, as pessoas primam por segurança: a alimentar, habitacional, segurança para tudo. Como que nós faremos uma opção, como funcionários, se não houver uma estabilidade jurídica que garanta que, depois daquela tabela, as coisas não vão ficar piores do que estão. É uma dúvida minha. (Palmas)

Outra questão que não entendo é que desde quando cheguei nesta Casa, há um ano e meio, nós ouvimos falar que não há dinheiro para valorizar os funcionários públicos. Haja vista o pessoal da Saúde que sabem como vivem em suas condições de trabalho.

Não estou entendendo é que se optarem pelo subsídio há dinheiro para dar aumento para os funcionários; se não optarem, não há o dinheiro? Quero entender essa

relação, porque até hoje (Palmas) aqui na cidade de São Paulo e o que foi debatido na Câmara Municipal de São Paulo é que não havia dinheiro para a valorização dos funcionários públicos.

Gostaria de entender melhor, ainda, sobre a tabela do PL – não do subsídio, mas do PL – que coloca a questão da evolução por tempo. Quero entender sobre o desempenho. Também sou contrário do (Ininteligível) do desempenho agora, porque todo mundo ganha o desempenho máximo, penso que isso não é justo. Mas se não tiver desempenho, o que vai motivar o servidor público a não se nivelar por baixo, é isso que vai acontecer. Por que as pessoas vão se esforçar se não houver nenhum desempenho para que se motivem a fazerem o melhor serviço possível? (Palmas)

Não entendi direito no PL, gostaria que me explicasse, porque sou matemático e achei que está muito denso, mesmo um assessor jurídico me ajudando fiquei com dúvidas. Valorizar o serviço público é motivar o servidor a estudar, fazer cursos. Se não houver gratificação por desempenho e títulos não se incentiva a estagnação do servidor público?

A história mostrou, no funcionalismo público, que toda vez que os funcionários não optaram por um projeto do Executivo – vejam o caso do Maluf, que for da Saúde vai lembrar bem – houve perseguição. É muito fácil falar que a pessoa pode optar ou não. Mas nós sabemos que, por exemplo, é possível ser castigado quem não optou. Qual é a garantia de quem não optou ter os mesmos reajustes das pessoas que optaram? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) - Vereador Toninho Vespoli, como sempre muito combativo, talvez fez muito mais indagações do que todas as 30 ou 40 pessoas que falaram antes. Muito bem, parabéns.

Gostaria de passar a palavra ao Vereador Alfredinho, para que faça as considerações.

O SR. ALFREDINHO - Sr. Presidente, vou falar bem rápido, até porque nesta altura já estão todos cansados.

- Manifestação da galeria negando a afirmação do Vereador.

O SR. ALFREDINHO - Na minha vida já ocupei fábrica, fiquei 24 horas dentro da fábrica, não tenho nenhum problema de virar a noite aqui. Mas sei que não é isso que a maioria presente quer.

Quero dizer que nós, da Bancada do PT, discutimos intensamente, nas duas últimas reuniões de Bancada, para identificar, sabendo que o projeto tem problemas, pelo fato de que houve audiências públicas realizadas anteriormente, identificamos e acompanhamos os problemas.

O projeto não passou na Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, porque teve um pedido de adiamento exatamente para se estabelecer um canal de negociação e de diálogo nesse período. Sabemos que é muito difícil fazer negociação em qualquer categoria. Difícilmente se atinge e se consegue atender 100%. Mas, para que qualquer proposta vingue e seja boa para a categoria, é necessário que a gente construa o máximo de aceitação possível. Falei com o Governo, tenho falado com o pessoal de Sempla - e os que têm vindo aqui têm acompanhado mais diretamente – como com o Secretário de Articulação Política do Governo sobre a necessidade de continuar dialogando.

A negociação nunca pode se esgotar, ela é um caminho. Mas para que haja negociação, para que se chegue a um acordo, tem que haver confiança dos dois lados. Porque a partir do momento em que não há confiança de um ou de outro lado, é muito se difícil qualquer coisa. (Palmas) A radicalização não é boa por dois motivos. Quando você radicaliza, é difícil que, mesmo que apresente algo bom, consiga convencer. Eu cobrei dos meninos que estão aqui e eles me disseram que estão abertos ao diálogo.

- Manifestações no recinto.

O SR. ALFREDINHO – Inclusive a Bancada tomou a iniciativa de procurar o Prefeito para conversar para colocarmos os problemas que estamos acompanhando e vendo em relação ao projeto. Nosso objetivo de fazer um “meio campo” para que o diálogo possa se estabelecer.

Para terminar, penso que vocês, como funcionários públicos, não podem desperdiçar a oportunidade de discutir uma estruturação de salário. Isso está claro, porque a lei que está aí não serve. (Palmas) Apesar de metalúrgico, tive um curto período no funcionalismo público – porque já passei por subprefeitura e estou Vereador, apesar de que Vereador não é funcionário público, fica por quatro anos e muitas vezes não volta – e tenho percebido como é ruim a estrutura de salários. A lei que está aí não serve. Eu perguntava exatamente isto para o pessoal: qual é a proposta que vocês têm, já que foi apresentada aqui uma estrutura que chega a um topo de salário? Eu até entendo a preocupação de vocês, porque o patrão do funcionalismo ou é trocado de quatro em quatro anos ou de após oito anos, quando o prefeito consegue reeleger-se. Então, tem que haver uma segurança. Talvez a desconfiança – e sei que é isso – seja a de que o Prefeito assine algo que o seu sucessor não cumpra. (Palmas) Essa é sempre a desconfiança. Até questionei o Prefeito sobre a reposição inflacionária e reforço a pergunta até para dar oportunidade de eles nos responderem sobre o que têm em mente, porque esse é um ponto importante, que dá um parâmetro de futuro. Quero dizer que, sendo do PT, vou defender o Governo, porque não há como não defender.

- Manifestações no recinto.

O SR. ALFREDINHO – Não sou oposição. Deixo claro que o papo comigo é reto. Papo reto é assim: entendemos que é preciso abrir diálogo, entendemos que o projeto tem problemas. Ao dizer que estou defendendo o Governo, não estou dizendo que não posso discordar do Governo. Mas sou do PT, não posso dizer que não tenho responsabilidade com o Governo, isso não posso. Sou do PT.

- Manifestações no recinto.

O SR. ALFREDINHO – Então, apontamos as divergências que há com o projeto, a Bancada sabe disso. Como eu disse, já discutimos duas reuniões seguidas. O Governo sabe que a Bancada diverge, porque já avisamos, mas também não podemos dizer que não temos responsabilidade com esse Governo, porque nós o elegemos.

Era isso. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Parabéns, Vereador. Parabéns mesmo. É muito corajosa a sua fala. Além do que, há o reconhecimento de alguém que é representante do PT.

Não quero entrar no mérito do projeto, quero apenas fazer uma constatação. De todas as falas que ouvi aqui, não houve nenhuma que desse 100% de mérito para o projeto. Todas as falas disseram que é necessário corrigir ali, acolá *etc.*, o que demonstra que a negociação, as conversas ainda não chegaram nem ao mínimo necessário para haver maioria. (Palmas) Então, fico muito feliz e posso ser testemunha de uma coisa: aqui já houve, em outras manifestações, em outros momentos, uma pressão de parte da população a respeito de um projeto de corredores de ônibus – assunto diferente desse que estamos discutindo -; e, diante da manifestação e da pressão, houve sensibilidade do Governo, que reviu sua ideia. Portanto, acho que o grande mérito desta audiência pública é que, certamente, ela irá motivar tanto o Governo como sua base de apoio a refletirem e, quem sabe, modifiquem o texto do projeto.

Essa era a minha fala. Passo a palavra ao Sr. Christy. (Palmas)

O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO – Foram três horas de questões. Obviamente, não ficarei aqui por três horas para responder, mas imagino que por pelo menos 20 minutos. Por isso, espero que todos sigam o conselho da Lia, que falou sobre a escuta qualificada. Todos nós estamos em um debate franco e aberto. Vocês fizeram uma série de questões, lançaram uma série de dúvidas. Agora, eu gostaria de contar com a paciência de vocês para ter essa escuta qualificada em relação às minhas respostas.

Vou começar pelas últimas colocações. A Márcia e mais alguém colocou esta questão e o Vereador Toninho Vespoli fez referências às negociações. Tal como aqui neste plenária, às mesas também não houve o consenso absoluto no processo de negociação. Dentro desse processo negocial, na Educação, por exemplo, tivemos um momento – na discussão do outro PL, o da educação – em que o próprio Presidente do Sinpeen, Claudio

Fonseca, me disse: “Christy, você põe o seu limite e a gente põe o nosso. Cada parte define o seu limite, e se não der acordo, tudo bem, fecha-se”. Dentro da mesa de negociação e em vários momentos, reportamos quais foram as incorporações feitas. No processo de debate, não poucas as incorporações feitas, mas não foram todas. Chega-se a um limite, de lado a lado, a partir do qual não dá para incorporar tudo o que é aportado pelas entidades.

Quando a Márcia fala das 142 sugestões, foram várias sugestões do tipo: “Arruma aqui” *etc.* Propostas inteiras, alternativas, se não me falha a memória - por gentileza, me corrijam se eu estiver errado -, tivemos duas, cuja diferença do impacto orçamentário já até discutimos, uma apresentada pelo Onorino, Presidente da Associação dos Contadores. Dissemos a ele que a proposta apresentada tem impacto orçamentário de mais de 1 bilhão e que não tinha condições.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO – Não há impacto sequer próximo de 1/10 disso.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO – O processo negocial foi feito a contento na mesa de negociação. Esperar que o processo de negociação se finalize apenas quando houver 100% de consenso é simplesmente esperar que não haja qualquer andamento do processo por parte do Governo.

- Manifestações fora do microfone

O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO – O Governo não pode também ficar simplesmente esperando 100% de consenso, e o reflexo disso está aqui, com várias partes se posicionando contra a retirada do projeto e outras se posicionando pela sua manutenção.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO – Em relação à questão jurídica. O Vereador Toninho Vespoli fez perguntas sobre a estabilidade jurídica. Acho que o simples fato

de as carreiras de magistrado terem adotado a forma de subsídio como remuneração denota adequada estabilidade jurídica do subsídio para estruturação de carreira.

Várias pessoas falaram aqui que isso é inconstitucional. Segundo o artigo 39 da Constituição...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO – Por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Senhores, peço a colaboração de todos para que terminemos os trabalhos de hoje com a mesma educação que tivemos ao longo de toda a reunião. Por favor, vamos ouvir até o final o que o orador tem a dizer, senão o raciocínio acabar por ser interrompido e eventualmente não haja o esclarecimento que todos merecem. Depois cada um faça seu julgamento.

O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO – Segundo o parágrafo 8º do artigo 39 da Constituição, a remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do parágrafo 4º. Tanto é que inúmeras carreiras foram organizadas sob a forma de subsídio. O que o Mourão mais qualificadamente explicou é que os magistrados têm uma estrutura de carreira porque eles podem ascender apenas dependendo de si mesmo.

Ora, Mourão, se você ler o projeto, vai observar que temos carreiras, sim, e o servidor progride dependendo apenas dele mesmo.

Sobre a questão abordada pelo Vereador Vespoli, da adequação de fazer o servidor a se qualificar e incentivá-lo a se aprimorar, por existe uma carreira cuja progressão dependa apenas do servidor, nos saltos de promoção do nível 1 para o nível 2, do 2 para o 3 e do 3 para o 4, há títulos exigidos. Essa formação consiste, por exemplo, de 360 horas do nível 1 para o 2, ou especialização ou mestrado. Tudo isso está previsto, inclusive com avaliação de desempenho dentro da permanência no nível.

Essa conjunção de progressão atrelada à qualificação permanece. Mas temos, sim, uma carreira com regras definidas de promoção e progressão, sendo que a grande diferença

no que diz respeito à progressão é que hoje ela ocorre a cada 24 meses, atrelada à avaliação. Nesta proposta, a progressão será a cada 18 meses, por tempo. A progressão é de uma referência para outra. Para se chegar à última referência do nível, o percurso necessário é de apenas 18 meses. Para passar ao nível subsequente, titulação, avaliação de desempenho retroativo, sua permanência no nível e assim por diante.

Então, nessa tabela onde aparece essa distinção...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO – Estamos debatendo como se estrutura essa nova carreira do ponto de vista das regras e da tabela.

Por gentileza, Walter, mostre a tabela.

- Orador passa a referir-se às imagens na tela de projeção.

O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO – A tabela proposta mostra esta sequência: salário inicial, este ano, de R\$ 4.768,00; para o ano que vem, salário inicial de R\$ 5.395,00; em 2016, salário inicial de R\$ 6.106,00.

Alguém comentou aqui que a reposição para esse servidor no nível inicial é falaciosa. Não entendo como pode ser falaciosa se vários de vocês mesmos disseram que, se o servidor, mesmo que tenha 100% da GDA no início de carreira, pois não são todos que têm, ele ganha R\$3.101,00. Muitos ganham R\$ 2.800,00 no início de carreira. Com essa carreira, vai-se permitir que o servidor, em 2016, salte de um patamar de menos de três mil para mais de R\$ 6.100,00, ou seja, estaremos permitindo a todos esses servidores – e vou mostrar como ficam os demais – um aumento substancial das remunerações hoje vigentes na tabela.

A tabela salarial atual é esta da esquerda. Quando há um S1 já com 100% da GDA e monta a progressão desse servidor com quinquênio e sexta parte, esse servidor passará de R3.101,00 a R\$ 7.400,00, com quinquênio e sexta parte.

A tabela proposta pelo Governo mostra um início de R\$ 4.700,00, chega a R\$ 6.100,00 em 2016 e chega a R\$ 16.000,00.

Alguém falou que a carreira proposta não tem regularidade entre os saltos das referências. Não é verdade. A carreira de hoje não tem nenhuma regularidade entre os saltos das referências quando se considera o que é o ponto central, quinquênio e sexta parte, que é o critério de valorização por tempo. O critério de valorização por tempo permite 0,9% ao ano, que soma 5% a cada cinco anos. Isso leva a que o salto entre as referências na carreira atual siga esse percurso de 7/14, do S2 para o S3, e assim por diante. Não há organicidade.

A tabela proposta faz uma mudança substancial também no critério de valorização por tempo.

Hoje a tabela da carreira é estruturada em saltos derivados de avaliação de desempenho e o salto entre os níveis atrelados à formação. Embutido, que é algo que o servidor e o munícipe não veem, tem quinquênio e sexta parte, que são formas de valorização do servidor que não aparecem explícitas na tabela. Quando se colocam essas formas explícitas na tabela, chega-se a esse valor.

A tabela de subsídio traz, para dentro de si, a explicitação do critério de valorização exclusivamente por tempo, justamente nesse mecanismo que foi uma conquista em um debate dentro da mesa de negociação, no sentido de que os saltos de progressão sejam exclusivamente por tempo e não mais com a avaliação.

Vários colocaram a respeito da questão orçamentária. Dentro do quadro, são um pouco mais de sete mil servidores: esse é o universo do qual estamos falando, entre optantes, não optantes, ativos, inativos, admitidos e efetivos. Dentro desse universo, a estratificação salarial já foi debatida nas mesas, os sindicatos já tiveram acesso. Inclusive, todos os sindicatos fizeram questão de colocar como ponto louvável, positivo, no sentido de abrir, sem nenhuma restrição, os dados. Quanto à estratificação real das categorias, nem mesmo os sindicatos tinham muita ideia.

Então, fizemos essa estratificação, que é pegar o quê? Quando se pergunta: “Qual o seu salário?” Muitos falam: “Meu salário é só o meu padrão”. Então, “Quais são os seus

vencimentos sobre os quais incide contribuição previdenciária? Quais são os seus vencimentos sobre os quais será feito o cômputo para a aposentadoria? E qual a sua remuneração permanentada?” É isso que está nessa estratificação aqui. Qual a remuneração salarial dos servidores dos cinco cargos largos, dentro de cada uma das referências, e, ali em cima, o número dos servidores em cada referência.

No início de carreira, temos 496 servidores. Noventa por cento, desses 496 servidores, ganha entre R\$3.250,00 e R\$2.418,00, e assim por diante. Isso aqui considera quinquênio, sexta-parte, os cargos incorporados – tudo o que você tem como permanentado, à exceção das ações judiciais. As ações judiciais são individuais e não estão aqui.

Então, o S2, 90% ganha, no máximo, R\$3.500,00. O S3, 90% ganha, no máximo, R\$4.600,00, e assim sucessivamente. Quando falam de dar 10% para todos, indiscriminadamente, linear para toda a categoria, 10% para o S1 é um impacto, na média, de 300 reais; 10% para o S13 é um impacto, na média, de R\$930,00, sem contar as ações judiciais. Estamos falando de uma nova carreira de reestruturação de todos os níveis.

Quanto à tabela proposta, a curva da carreira atual segue essa estrutura em verde. Esses servidores, por exemplo, você pega hoje, Fotografia, independentemente de qual carreira, debater uma nova lei salarial, será a nova lei salarial que atingirá, inclusive, a carreira de subsídio. O raio-X dessa carreira, hoje, é um inicial de R\$3.100,00 e um final de R\$17.400,00 (? Ininteligível). Essa é a curva de ascensão, de expectativa quando o servidor entra. Na proposta do Governo, a curva é de R\$6.100,00 a R\$16.000,00.

Quando se olha os servidores, um a um, na opção, pegamos a Sigpec, extraímos a base inteira, um a um. Aqui, então, é uma tabela dos servidores sem a ação judicial, qual o ganho que o servidor tem ao optar, considerando-se os três reajustes subsequentes, na própria tabela, até o final da gestão.

Cada uma das referências atuais terá esses ganhos médios até o final da gestão com o novo plano. Então, reajustes que vão de 126 a 46. Esses são os reajustes que o

servidor, ao optar, terá em média. Para os aposentados também ocorrerá o mesmo.

Quando se fala que “o plano está rompendo paridade” isso é uma falsa dicotomia, é uma falácia, porque paridade significa dizer que o que se aplica ao ativo se aplica ao inativo. Reajustes que são dados ao ativo, são extensivos ao inativo. Ninguém está rompendo paridade, até porque a paridade é uma questão constitucional.

Quanto a questão do quinquênio e da sexta-parte está justamente dentro daquelas tabelas. O que antes eram critérios não explícitos, hoje quando se olha uma tabela que vai de 6 a 16... Inclusive, o cidadão enxerga e vê claramente: “Ah, não; então, o salário dessa carreira, na Prefeitura, segue essa estrutura”. É claro que dá para se enxergar qual é o salário efetivo do servidor na Prefeitura, e se mantém um critério de valorização por tempo, que é nos saltos entre referências.

Foi falado que o PL aproxima o estatutário da iniciativa privada. Eu não sei como isso pode acontecer, dado que se mantêm todas as prerrogativas do que é um servidor público, com estabilidade, carreira e aposentadoria que, para os que se ingressaram antes de 2003, mantêm o último salário. Se a pessoa ingressou antes de 2003 faz a opção, no subsídio, ela leva exatamente o seu último subsídio. Para algumas carreiras, há uma distinção fundamental: A pessoa leva-o inteiro e não abatido de algumas gratificações não incorporáveis para aposentadoria, sem o abatimento de uma série de gratificações não incorporáveis. Para os que entraram após 2003... Um colega, que fez uma conta equivocada, disse: “Essa carreira proposta pelo Governo vai rebaixar os valores de aposentadoria dos que ingressaram após 2003”. Quem ingressou após 2003, pela emenda constitucional, a regra é: “80% das maiores remunerações, a média das 80% maiores remunerações”. Se eu estou implementando uma tabela, onde as remunerações, conforme há progressão na carreira, vão ser muito superiores, significa que será aumentada, em muita, a média a ser computada para aposentadoria.

Outro ponto é que acusaram que o Governo estaria colocando, no mesmo patamar salarial, profissões distintas. Até onde sei, hoje já é assim, e o Governo está mantendo esse

princípio de isonomia. Acusam o Governo de dividir a categoria, mas querem um tratamento diferenciado para determinadas categorias.

Por que há essa distinção entre o demonstrativo LRF e o índice utilizado pela lei 13.303? O demonstrativo LRF fala que as despesas pessoais estão em 33%, no entanto, para critério da aplicação no gatilho, está em 42,5%. Respondi isso em mesa central. São critérios completamente distintos. É lei; isso está na lei. Na lei 13.303, está previsto... A lei 13.303 segue exatamente os critérios da LRF, mas tem que ser adaptada para o que não estava prevista na LRF, na hora de se fazer o cômputo do que é o total da despesa de pessoal. Quando se paga o orçamento municipal, insuficiência do Ipem, não aparece como despesa de pessoal. Insuficiência do Ipem é despesa de pessoal, é despesa com inativos. A despesa com inativos deve aparecer no cômputo total do gasto de pessoal; mas, para efeitos de LRF, a insuficiência do Ipem não aparece. Isso dá uma diferença brutal, da mesma forma que a patronal.

As pessoas estão simplesmente rebatendo com acusações pessoais. No último protocolo, foi acordada a revisão justamente da lei 13.303. Há um acordo para se fazer a criação de um grupo de trabalho para se estudar a possível revisão da lei 13.303.

Creio que respondi todas as principais questões. Agradeço a paciência e os ouvidos qualificados.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Esse assunto ainda merece mais discussão. Não é à toa que nós ficamos tanto tempo aqui. Eu compreendo que o Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento faça a defesa do projeto de lei; porque, afinal de contas, esse é o projeto que está aqui. É compreensível que as entidades também se coloquem contra. O que ficou claro mim, como Vereador, e que está longe de haver um entendimento.

Essa é uma Casa sensível. Ela se move por meio do apelo e da pressão popular. No meu entendimento, os senhores estão muito divididos, não sabem nem o que querem.

Desculpem-me. Há uma divisão. Tenho uma sugestão. Evidentemente os senhores podem fazer o que acharem mais correto.

Como esse projeto está na Casa e me parece que o Governo não está disposto a retirá-lo, ele pode sofrer modificações aqui; mas penso que essas modificações só serão possíveis se os senhores tiverem o mínimo de unidade.

Agradeço a paciência e a presença de todos. Foi muito bom o convívio com os senhores. Obrigado pela contribuição.

Em nada mais havendo a ser tratado, declaro encerrada essa audiência pública.
